EDSON FERREIRA MARTINS

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA ANÁLISE DA DITA VOZ PASSIVA SINTÉTICA EM PORTUGUÊS

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

ORIENTADOR: PROF. DR. MARIO ROBERTO LOBUGLIO ZÁGARI

DEPARTAMENTO DE LETRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

JUIZ DE FORA
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA ANÁLISE DA DITA VOZ PASSIVA SINTÉTICA EM PORTUGUÊS

EDSON FERREIRA MARTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Lingüística, do Instituto de Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras: Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Mario Roberto L. Zágari

Juiz de Fora
2004

APROVAÇÃO

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA ANÁLISE DA DITA VOZ PASSIVA SINTÉTICA EM PORTUGUÊS

EDSON FERREIRA MARTINS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – LINGÜÍSTICA – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS: LINGÜÍSTICA.

Aprovada por:

_____

Prof. Dr. Mario Roberto Lobuglio Zagari
(Orientador)

_____

Profª. Drª. Aparecida Negri Isquerdo
(Presidente)

_____

Prof. Dr. José Dionísio Ladeira
(Membro)

Juiz de Fora
2004

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta dimensão só se torna concreto com uma mão (às vezes literal) de várias pessoas, de modo que as páginas que vão ser lidas a seguir existem graças à contribuição dos que me cercam. A todos eles, minha sincera gratidão:

Ao meu pai, José Ferreira; e principalmente à minha mãe, Helena, por compreender minha ausência, acreditar no meus sonhos, sendo-me um exemplo de como viver sabiamente.

Aos meus irmãos, Eder e Jaqueline, que, apesar da rabugice (deles!), sempre souberam me entender.

Aos professores e funcionários do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, pela consideração e crédito incondicionais ao meu trabalho.

Ao professor Mauro Pereira Baltazar, pelo incentivo e pelo exemplo que é como mestre de Língua Portuguesa.

A todos os professores da UFJF, especialmente às professoras Cândida Georgopoulos e Luciana Teixeira, que me marcaram profundamente como aluno.

À Profª. Neiva Ferreira Pinto, por tudo e mais um pouco. Por ter me ensinado a ouvir, pelas oportunidades que me ofereceu, pelo amor aos clássicos: v*ulgare amici nomen, sed rara est fides*.

Ao meu orientador, Prof. Mario Roberto Zágari, por ser o responsável pelo que sou como professor. Devo-lhe minha iniciação à pesquisa lingüística, o amor aos estudos, a paixão pela linguagem.

À Profª. Nilza Dias, por ter contribuído diretamente na elaboração deste trabalho e pela presteza com que sempre me atendeu. Para fins de fato, é a co-orientadora dessa pesquisa.

Ao aluno Marco Antonio, pela ajuda com o MS-DOS e com o VARBRUL, além das discussões frutíferas que travou comigo sobre o trabalho. A ele, o meu muito obrigado por ter se mostrado um verdadeiro amigo nas horas difíceis.

Ao Tiago, pela sua brilhante inteligência prática – que me foi uma dádiva de última hora!

À Júlia, pela gentileza da revisão do *Abstract*.

Ao Amarildo, pelos socorros prestados via internet em Rio Pomba.

À Angélica, que da longínqua biblioteca da Unicamp, sempre me socorreu com este ou aquele livro.

A todos os meus colegas de Mestrado, especialmente ao Rodrigo e à Andréia, pelo carinho e pela amizade.

Ao Paulinho, secretário da pós-graduação, por sempre estar de prontidão quando dizemos que algo é urgente!

À Silvana, pelo amor e amizade divididos em tantos momentos de nossas histórias.

À Jack, pelo carinho, amor e atenção a mim dedicados.

Para minha mãe,

que, sem nunca ter pisado numa escola,
ensinou-me o que não estava nos livros,
proferiu-me a maior lição:
o letramento da vida!

Sumário

Índice de tabelas.....3

Resumo.....4

Abstract.....5

Capítulo 1: Estatuto teórico das construções com *se*
diante de verbos transitivos diretos

1. Introdução.....8

1.1 O problema da metalinguagem.....12

1.1.1 Tradicionalismo e normativismo gramaticais.....12

1.1.2 Normativismo e o conceito de Vozes Verbais.....14

1.1.3 A questão da Sinteticidade na VPS.....16

1.1.4 A questão da Passividade na VPS.....18

1.2 O problema da mudança lingüística.....21

1.2.1 Características da mudança lingüística.....22

1.2.1.1 A continuidade da mudança.....23

1.2.1.2 A lentidão da mudança.....24

1.2.1.3 A gradualidade da mudança.....24

1.2.1.4 A regularidade da mudança.....25

1.2.2 A Teoria das Fases.....25

1.2.3 O apagamento diacrônico do agente da passiva.....27

Capítulo 2: Metodologia da pesquisa

2.1 Os *corpora*.....34

2.2 Procedimentos de análise.....36

2.3 Variável e fatores condicionadores.....38

Capítulo 3: Análise dos dados

3.1 As fotografias.....44

3.2 As redações.....49

3.3 Os textos jornalísticos.....51

3.3.1 Relação sintática entre o argumento e o verbo.....51

3.3.2 A ordem sintática e a realização morfológica do argumento.....55

3.3.3 A predicação verbal.....56

3.3.4 A pretensa conversão de VPS em VPA.....59

Capítulo 4: Considerações finais

4.1 Algumas reflexões.....63

4.2 Limitações da pesquisa.....64

4.3 Fatores extralingüísticos.....65

Bibliografia.....68

Anexos

Anexo I – Fotografias.....71

Anexo II – Redações.....78

Anexo III – Textos jornalísticos.....88

Índice de Tabelas

TABELA 1 – Relação sintática verbo-argumento versus Posição do argumento.

TABELA 2 – Relação sintática verbo-argumento versus Realização do argumento.

TABELA 3 – Relação sintática verbo-argumento versus Tipo de predicação.

TABELA 4 – Relação sintática entre o argumento e o verbo *versus* Conversão de VPS em VPA.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma descrição gramatical das construções com o clítico *se*, especificamente aquelas em que o pronome aparece junto a verbos transitivos diretos, em diferentes tipos de texto. Partimos da premissa de que só a observação de um conjunto de dados reais de produções lingüísticas contextualizadas pode esclarecer a função sintático-semântica do pronome *se* nas ocorrências tradicionalmente denominadas de Voz Passiva Sintética (VPS) em português.

Baseando-nos na Teoria da Variação e Mudança Lingüística, desenvolvida a partir de Labov (1972), e na Teoria das Fases, de Roberts (1993), buscamos interpretar a questão da passividade ou não de tais construções em três tipos de ocorrências textuais: (i) placas com anúncios de bens ou serviços; (ii) redações escolares; (iii) e textos jornalísticos.

A partir da análise dos dados e da aplicação do modelo teórico da Sociolingüística Variacionista, defendemos a hipótese de que VPS apresenta na atual sincronia do Português do Brasil um quadro de mudança lingüística em fase intermediária, em progresso mas ainda não terminada, uma vez que a forma inovadora (sem concordância) divide ainda o espaço com a variante conservadora, que goza de prestígio social na escola e na mídia.

ABSTRACT

The objective of this paper is to carry out a grammatical description of the constructions with the pronoun *se* in the Brazilian Portuguese, specifying those in which this pronoun comes together with transitive verbs, in different kinds of texts. We believe that the only way to clarify the syntactic-semantic function of the pronoun *se* in the occurrences traditionally named as Synthetic Passive Voice (SPV) in Portuguese is to analyze a set of real contextualized linguistic utterances.

Based on the Variation and Linguistic Change Theory, developed by Labov (1972), and on the Phase Theory, by Roberts (1993), we seek to interpret whether these constructions are passive or not in three different kinds of textual occurrences: (i) signs with goods or services advertisements; (ii) high school students' compositions; (iii) and newspaper texts.

Considering the analysis of the data and applying the Variationist Sociolinguistics' theoretical model, we stand for the hypothesis that the SPV is, in the current synchrony of Brazilian Portuguese, in an intermediate phase of linguistic change. This is to say that this change is in progress but not finished yet, for the innovating form (without agreement) still divides the space with the conservatory variant, which has social prestige both in the academy and in the media.

"Os estudiosos da linguagem, em especial os sociolingüistas, precisam discutir de forma mais sistemática e mais incisiva todas as situações de preconceito lingüístico, especialmente as veiculadas pela mídia. (...) considero que, com os resultados de que dispomos, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais o que isto: temos o dever de nos manifestar."

(Scherre 1996:37)

"É preciso acautelar-nos contra certas teses gramaticais nunca demonstradas. Uma opinião duvidosa, pelo fato de correr de boca em boca, ainda não constitui verdade axiomática."

(Said Ali, 1966:95)

C A P Í T U L O 1

Estatuto teórico das construções com *se* diante de verbos transitivos diretos

"Lutar com palavras
parece sem fruto.
Não têm carne e sangue
Entretanto, luto.
Palavra, palavra
(digo exasperado),
se me desafias,
aceito o combate."

(Drummond, *O Lutador*)

1. Introdução

A pesquisa que nos propomos a desenvolver tem como ponto central a variação existente entre a sintaxe de orações da língua portuguesa que apresentam a seguinte estrutura:

(1a) Vendem-se casas.

(1b) Vende-se casas.

(2a) Compram-se terrenos.

(2b) Compra-se terrenos.

Se por um lado as gramáticas normativas insistem em prescrever como gramaticais apenas as frases (1a) e (2a), assistimos, por outro, a uma aceitabilidade cada vez maior para as sintaxes referidas em (1b) e (2b), pelo menos nos usos feitos pelos falantes do Português Brasileiro (doravante, PB). Cunha (1980:305), dentre tantos outros autores de vertente normativista, recomenda:

> *Em frases do tipo:*
> *Vendem-se casas.*
> *Compram-se terrenos.*
> *consideram-se* ***casas*** *e* ***terrenos*** *os sujeitos dos verbos vendem e compram, razão por que na linguagem cuidada se evita deixar o verbo no singular.*

É interessante notar que a advertência do gramático para que o leitor – ou o discente – seja cuidadoso quando do uso destes giros no uso formal da linguagem comprova que a construção com o verbo no singular não é estranha ao usuário do PB.

Nos termos normativistas, a justificativa para a concordância entre o verbo e o sintagma posposto a ele seria a de que se trata de uma construção de sentido passivo em que:

(i) o pronome *se* é uma partícula apassivadora, ou pronome apassivador;

(ii) o sintagma nominal desempenha a função sintática de sujeito;

(iii) o verbo, pelo mecanismo de concordância, fica na 3ª pessoa do singular ou do plural, de acordo com o número do núcleo do sintagma.

A estrutura que acabamos de descrever recebe o nome de Voz Passiva Sintética (doravante VPS), e aparece na nomenclatura gramatical brasileira em distribuição complementar à Voz Passiva Analítica (doravante VPA). Por sua vez, a VPA forma-se pela junção de um verbo auxiliar (prototipicamente o verbo *ser*) ao particípio passado de um verbo principal. A perspectiva normativista quer ver, então, uma pretensa sinonímia entre as duas construções, VPS e VPA. Retomando os exemplos apresentados até aqui, (1a) e (2a) equivaleriam, respectivamente, a (3) e (4):

(3) Casas são vendidas.

(4) Terrenos são comprados.

O que à primeira vista parece uma regra categórica para esta construção sintática torna-se algo relativamente artificial se observarmos o uso efetivo que se tem feito dessas construções no PB. Conforme veremos mais adiante (cap. 3), a análise dos dados que selecionamos para a pesquisa evidencia e viabiliza tal conclusão. Vejamos, por agora, no entanto, a gênese do questionamento frente à análise legitimada pelos compêndios gramaticais do PB.

Cabe a Said Ali (1908), pelo que documentam Monteiro (1994:104) e Bagno (2001:219), o pioneirismo e o questionamento mais agudo sobre a questão da passividade ou não das construções a que fizemos alusão até aqui. Seja pelo número de

argumentos, seja pela profundidade do raciocínio, a interpretação empreendida pelo autor é "límpida, lapidar e legítima", na expressão sempre justa e ajustada de Monteiro (1994:104). O conhecido exemplo de Said Ali, *Aluga-se esta casa,* e a pretensa transformação para a voz passiva analítica, traria à tona a sintaxe *Esta casa é alugada*, coisa certamente distinta numa perspectiva pragmática de significado. Com razão, e em tom irônico para com a visão estreita de gramática reinante à época, o autor diz que

> *(...)* ***aluga-se esta casa*** *e* ***esta casa é alugada*** *exprimem dois pensamentos, differentes na forma e no sentido. Ha um meio muito simples de verificar isto. Colloque-se na frente de um predio um escripto com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escripto contendo os dizeres* esta casa é alugada. *Os pretendentes encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está habitada. O annuncio desta parecerá superfluo, interessando apenas aos suppostos moradores, que talvez queiram significar não serem elles os proprietarios. Se o dono do predio completar, no sentido hypergrammatical, a sua taboleta deste modo:* esta casa é alugada por alguém, *não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escripto expõe ao público* (Said Ali 1908:98).

Citação demasiado longa, mas que aponta algumas questões importantes. Primeiramente, percebe-se que a descrição desta questão gramatical precisa ser revista com urgência nos manuais de Gramática que pululam nas editoras brasileiras, pois já se vão quase cem anos da publicação daquela obra. Note-se que, ainda segundo Monteiro, a proposta de reformulação gramatical para o problema ganhou apoio de vários autores. Cite-se, a título de exemplo, os nomes de Souza da Silveira (1924) e Martinz Aguiar (1971), que recuperam alguns dos argumentos teóricos do autor das *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Além desses nomes, trabalhos mais recentes, como os de

Costa (1987), Nunes (1990) e Resende (2002) defendem o reconhecimento de uma noção de agentividade onde a Gramática Normativa vê, apenas, a passividade.

Em segundo lugar, há a negligência de aspectos semântico-pragmáticos por parte da visão normativista. Como conseqüência, a análise da questão tem que se restringir a uma meia dúzia de frases inventadas, "bonitas e perfeitas" para se argumentar em favor da sinonímia entre VPS e VPA, mas insuficientes para dar conta do uso real que os falantes fazem da língua, de acordo com o respectivo significado que pretendem dar a uma determinada mensagem (ver 3.3.4.).

Em última instância, a relutância da Gramática Tradicional em aceitar a variação nas construções supracitadas com o clítico *se* deixa ver a idéia *pré-concebida* de que a gramática de uma língua é algo imutável, estando pronta e acabada. Tratada como um baú de construções congeladas – a *ars bene dicendi* bem à moda greco-latina –, a Gramática ignora um fato corriqueiro, mas importante: as línguas humanas sofrem mudanças.

Na presente dissertação, busca-se justamente debater a questão através de uma visão de língua que defina o próprio fenômeno lingüístico como um objeto histórico. Isso implica, então, reconhecer que o entendimento do porquê da alternância de forma/sentido entre as sintaxes examinadas deve partir da variação diacrônica da língua portuguesa[1]. Efetivamente, como observa Coseriu (1979:19),

> *a língua que não muda é a* ***língua abstrata*** *(...). Nunca se viu uma gramática que se modificasse por si mesma, nem um dicionário que se enriquecesse por sua própria conta (...). A língua que muda é a* ***língua real em seu existir concreto****.*

[1] Não empreendemos na presente dissertação uma análise diacrônica das construções com *se*. Isso se deveu a um corte metodológico, pois a pesquisa seguirá como tese de doutoramento na PUC-RJ, onde começaremos o Doutorado em Letras, em março de 2004.

Reconhecer a historicidade do fenômeno lingüístico não requer, por outro lado, que se abandone o caráter sistemático do funcionamento da língua. Assim, o processo de mudança pelo qual a língua passa não gera o caos, mas antes uma nova forma de organização (Labov, 1975). Ainda segundo Eugenio Coseriu (1979), não há nenhuma contradição entre sistema e historicidade.

Para finalizar a introdução, gostaríamos de fazer um último esclarecimento de caráter metodológico. Na presente dissertação, buscamos explicar o processo de mudança lingüística que envolve as construções com *se* junto a verbos transitivos diretos. Embora não endossemos a análise de tais construções como passivas, mantivemos a designação VPS como uma estratégia para facilitar a referência a este sintaticismo do português.

1.1 O problema da metalinguagem

1.1.1 Tradicionalismo e normativismo gramaticais

Segundo Bagno (2001:15), quando nos referimos à *Gramática Normativa*, assim absoluta e no singular, cometemos um equívoco. Na verdade o que existe são Gramáticas Normativas, que corporificam a alma preexistente chamada Gramática Tradicional. Numa visão filosófica da ideologia que subjaz ao pensamento de nossa tradição gramatical greco-latina, o autor explica, de modo menos sibilino, que

> *a GT [Gramática Tradicional] é a "alma" de um "corpo" chamado* ***gramática normativa****. A GT é o "espírito", "a mentalidade", a "doutrina" (a ideologia) que dá alento, vigor e* ***ex-sistentia*** *ao "ser", ao "objeto", à "coisa material" que podemos adquirir, manusear e submeter aos nossos sentidos, chamada* ***gramática normativa****.*

Dessa forma, concebida a Gramática Tradicional (doravante GT) como *espírito*, e a Gramática Normativa como *matéria*, para fazer alusão a Descartes; ou ainda, esta como pertencente ao *mundus sensibilis* de Platão, enquanto aquela ao *mundus intelligibilis*, podemos compreender o porquê das diferenças de conceitos e classificações que as Gramáticas Normativas apresentam entre si: não é de se estranhar que dois autores apresentem a *matéria* de forma dispersa, logo, sem uma metalinguagem unificada.

Ora, a análise filosófica que Bagno apresenta para justificar a falta de univocidade das Gramáticas Normativas encontra um forte apoio no exemplo da tradição gramatical brasileira. E aqui nos interessa mais de perto a questão em virtude das construções que vimos apresentando.

Não obstante os numerosos trabalhos que reivindicam uma revisão crítica do assunto, o objeto de nossa pesquisa continua sendo tratado precariamente pelos compêndios gramaticais a que temos acesso no Brasil. Também em Portugal, segundo atesta Bagno (2001:227), a intolerância para com a opção sintática que se entende como desvio é observada. O enunciado

(5) Esses livros compra-se na Livraria da Associação,

é analisado como agramatical pelas autoras[2].

No Brasil, Hauy, em sua tese de doutoramento, dedicou um trabalho de peso sobre a questão da "crise gramatical brasileira" e demonstrou sobejamente, por meio de exemplos e argumentos lógicos, que

[2] Bagno colheu o exemplo em Mira Mateus et alii (1983:322, nota 26). A edição que consultamos da obra é a de 1989. Não localizamos tal exemplo. Pelo contrário, nesta última edição aparece um exemplo em que as autoras classificam o clítico *se* como índice de indeterminação do sujeito. É o caso do exemplo Vende-se mobílias usadas na Feira da Ladra (1989:212).

> *a ausência de espírito crítico, as falsas definições, a má exemplificação, a falta de uma revisão rigorosa nas edições e reedições de compêndios gramaticais, tudo isso documenta o descaso de muitos gramáticos pelo sistema lingüístico do Português* [Hauy , 1983:3].

1.1.2 Normativismo e o conceito de Vozes Verbais

Na parte que dedica ao estudo das *Vozes Verbais*[3], Hauy (1983) constata que o conceito de *voz* varia de acordo com o critério adotado pelo gramático, que pode se apoiar:

(i) na *forma* do verbo:

Bechara (1976:85), entre outros, define: "chamamos vozes verbais às *formas* em que se apresenta um verbo para indicar o sujeito como agente ou paciente da ação verbal".

(ii) na *significação* do verbo:

Góis (1950:16), por outro lado, entende que "o que deve caracterizar a identidade da voz passiva é a passividade do sujeito".

(iii) no tratamento do *processo verbal* em relação a um sujeito:

Eis a opinião de Câmara Jr. (1974:392) que, citando Vendryes, observa que "em português, a apresentação fundamental ou primária, da forma do verbo, constitui o que se chama de voz ativa. A denominação decorre da circunstância de que aí o processo verbal é tratado como uma ação, ou atividade, de

[3] No presente trabalho, não vamos abordar a questão das vozes verbais, mas antes a postulação da VPS e a sua relação com a VPA. Para um maior esclarecimento sobre o assunto, veja-se a obra citada de HAUY.

determinado ser sujeito, de quem, na representação lingüística pelo menos, parte o processo."

A partir dessa tríplice conceituação, a autora observa, com razão, que uma frase como

(6) O menino apanha uma surra,

seria classificada como de voz ativa por Bechara e Câmara Jr., ao passo que para Góis, devido à passividade do sujeito, ter-se-ia um caso de voz passiva.

Percebe-se que a diversidade de conceituação para as vozes verbais encontra apoio numa visão modularista da linguagem, que encara os níveis de análise como bem delimitados. Faz-se a separação rígida entre sintaxe e semântica, assim como acontece com outros níveis, a saber o fonológico, o morfológico, ou ainda o pragmático. Esquece-se, porém, que o par forma/sentido é indissociável, isto é, que a gramática de uma língua funciona de forma monostratal, não admitindo tais separações. Se separamos os níveis de análise – no caso em questão, sintaxe e semântica –, isso ocorre por razões metodológicas, e não ontológicas.

A questão da separação dos critérios não passou despercebida a Said Ali. De novo é Bagno (2001:221) quem nos auxilia no entendimento da querela a respeito da VPS:

> *Enquanto Said Ali tenta reunir os critérios sintático e semântico para estudar o problema, os gramáticos prescritivistas não se dão conta de que separam os dois critérios no momento de classificar a partícula SE.*

A partir da separação dos critérios, observa-se uma análise inaceitável, uma vez que se conceitua sob o aspecto formal e analisa-se sob o aspecto semântico ou vice-

versa (Hauy 1983:145). O seguinte par de exemplos apresentado por Milanez (1982:85)[4] esclarece de vez a questão:

(7) Fuma-se aqui.

(8) Fuma-se charuto aqui.

Em (7), utilizando o critério semântico, a GT classifica a voz como ativa e o pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito; em (8), valendo-se agora de um critério sintático, aponta *charuto* como sujeito e advoga para o *se* a classificação de partícula apassivadora!

Somos levados a concordar com Bagno (2001) para quem somente o uso simultâneo de critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos poderá definir o status do pronome *se* nas construções lingüísticas a que nos referimos em nosso trabalho.

1.1.3 A questão da Sinteticidade na VPS

Falar em sintetismo ou analitismo numa língua tem a ver, respectivamente, com a predominância de *sintagmas lexicais* ou *locucionais* como características inerentes a este ou àquele idioma. Essa é a lição dada por Câmara Jr. (1986: 223). E o lingüista dá o par de exemplos *collis Romae* e *colina de Roma*. Assim, o que caracteriza a síntese na expressão latina é o sintagma lexical *Romae*, que está no caso genitivo; ao passo que, para a língua portuguesa, duas formas lingüísticas atuam na formação do sintagma locucional *de Roma*, a saber, a preposição *de* e o substantivo *Roma*.

O dicionário Aurélio corrobora a definição estrita do termo na lingüística ao registrar que o adjetivo *sintético*, presente em nossa língua, deriva do étimo grego

[4] Apud Monteiro (1994:106)

synthetikós. E o lexicógrafo nos esclarece de vez o significado do termo: “que compõe ou reúne”.

Ora, as idéias de síntese ou reunião não parecem estar presentes na construção reconhecida como VPS em português. Definitivamente, é inaceitável que se admita uma metalinguagem tão inapropriada para estas construções com o pronome *se*. O confronto entre a sintaxe do latim clássico e a do PB não deixa nenhuma dúvida. Reproduzimos abaixo a comparação feita por Ladeira (1986), a título de exemplo, com as formas do presente do indicativo (voz passiva) do verbo *laudare/louvar* nas duas línguas:

laudor = eu sou louvado(a)
laudaris = tu és louvado(a)
laudatur = ele(a) é louvado(a)
laudamur = nós somos louvado(a)s
laudamini = vós sois louvado(a)s
laudantur = ele(a)s são louvado(a)s

Como o idioma dos romanos flexiona-se em caso, sua língua apresenta – pelo menos na variedade padrão do latim, o chamado *latim clássico* – uma predominância das construções sintéticas às analíticas. Assim, o que salta aos olhos ao observarmos as formas verbais latinas em questão é o fato de que o latim não expressa o verbo auxiliar, diferentemente do português, na formação da voz passiva[5]. Se observarmos as formas ativas do mesmo verbo latino, respeitadas as noções de modo, tempo e aspecto, teremos o seguinte:

[5] A afirmação refere-se naturalmente ao tempos do *Infectum* no sistema verbal latino, já que para o *Perfectum* a presença do verbo auxiliar *esse* era indispensável.

laudo = eu louvo
laudas = tu louvas
laudat = ele(a) louva
laudamus = nós louvamos
laudatis = vós louvais
laudant = ele(a)s louvam

Portanto, a idéia de síntese ou reunião, de que fala o Aurélio, ou mesmo a classificação de sintagma lexical dada por Câmara Jr., são aplicáveis às formas verbais latinas na voz passiva. As desinências número-pessoais que aparecem na voz passiva { -r, -ris, -tur, -mur, -mini, -ntur } opõem-se às da forma ativa { -o, -s, -t, -mus, -tis, -nt }. De todo modo, não se perde de vista em momento algum que a idéia de passividade é sintetizada num único sintagma.

A língua portuguesa, por sua vez, utiliza-se de um sintagma locucional sempre que traduz as formas sintéticas latinas. Essa construção é a que recebe o nome de VPA, como vimos na introdução do presente capítulo. Mas, então, cabe uma pergunta: há síntese na VPS? Ou, dito de outra forma, VPS é uma construção sintética[6]?

Somos levados a negar tal postulação, pois, independentemente da função sintático-semântica do clítico nessas construções, é inegável que a idéia de síntese jamais ocorreu em momento algum na língua portuguesa. O latim vulgar encarregou-se de dar preferência às construções perifrásticas, obliterando de vez as formas da passiva sintética latina. Sendo assim, dois sintagmas lexicais – no mínimo – aparecem, categoricamente, na construção: o pronome *se* e o próprio verbo, que seleciona, em geral, um outro argumento na organização da cláusula.

---

[6] Há autores que, fugindo da classificação de *sintética* para a construção, denominam-na *voz passiva pronominal*. Este é o caso de Bechara (1999).

A nosso ver, a comparação entre o latim e o português não parece ser fortuita na classificação das construções ditas sintéticas que vimos estudando. O gramático Eduardo Pereira (1943: 326) deixa entrever, em um comentário seu, a influência da gramática latina sobre a portuguesa. Eis o trecho:

> *[...] "Aqui se obedece aos chefes e se resiste aos rebeldes".* ***A passividade deste caso é determinada pela analogia com a língua-mãe****. Para exprimir sentido idêntico, empregava o latim a forma passiva de verbos neutros e relativos: vivitur = vive-se; itur = vai-se.* [grifos nossos]

A pretensa analogia a que se refere o autor desrespeita a visão diacrônica da gênese de nosso idioma. Se quisermos entender a gramaticalização das formas lingüísticas que desencadearam o que hoje reconhecemos como o português – diferenciando-o do espanhol, do italiano ou do sardo, por exemplo – não é na sintaxe ciceroniana que devemos nos deter, mas antes nos documentos fragmentados do latim vulgar. Não é justificando o emprego da construção no latim das elites, portanto, que vamos chegar a sua descrição correta na gramática do português.

1.1.4 A questão da Passividade na VPS

Se por um lado, como fizemos acima, é questionável a denominação de *sintética* para a construção que a gramática denomina VPS, que dizer da classificação de *passiva*?

Monteiro (1994:108) faz uma criterioso resumo dos trabalhos dedicados ao assunto e, após sua pesquisa, nos assegura que não se conseguiu ainda uma uniformização de pensamento a respeito da passividade ou não das construções de VPS. O autor registra o atual impasse em que nos encontramos nos seguintes termos:

> *De um lado, certos autores defendem intransigentemente que o* ***se*** *junto a verbos transitivos diretos forma um tipo de voz passiva [...]. De outro lado, há os que sustentam que, mesmo diante de verbos transitivos diretos, o* ***se*** *constitui um recurso de indeterminação do sujeito e, em tais casos, não existe nenhum sentido ou forma de passividade.*

Entre os primeiros, conforme documenta o autor, encontra-se Macambira que analisa como passiva até mesmo a construção "vende-se casas". No grupo dos segundos, estão os nomes de Said Ali e Souza da Silveira, além de vários autores de dissertações e teses mais recentes sobre o tema. Bagno (2001: 219) também acredita que tais construções não são passivas.

Resende (2002:10), baseando-se nos pressupostos da Lingüística Cognitiva, também não admite a passividade neste tipo de construção. Segundo a autora, há, na chamada VPS, dois casos distintos: a Voz Ativa com Sujeito Indeterminado e a Voz Reflexiva Metafórica, ambos casos de voz ativa.

O impasse metalingüístico sobre a questão fica evidente também na opinião de Nunes (1990: 68). O autor, estudando os casos de construções com *se* indeterminador e apassivador, assim esclarece sua classificação para o referido torneio sintático:

> *A denominação* ***passiva pronominal*** *é sabidamente inadequada por abranger construções não passivas, como as estruturas com* ***se*** *indeterminador. Entretanto, na falta de melhor terminologia (****passiva impessoal*** *levanta, no mínimo, os mesmos problemas), será mantida* [sic] *aqui o termo* ***passiva pronominal*** *como mero rótulo para designar construções quer com* ***se*** *apassivador, quer com* ***se*** *indeterminador.*

Nossa posição, diante da disparidade de opiniões, busca fundamentos na *aurea mediocritas* de que fala a ode horaciana. Não queremos com isso defender um ecletismo no estudo da questão. Queremos, antes, evitar radicalizações por razões teóricas: a mudança lingüística é a hipótese com a qual trabalhamos. A divergência de

análises é, a nosso ver, uma conseqüência do atual estágio de evolução dessa construção no PB. Necessária se faz, então, uma tolerância em relação ao processo da mudança lingüística em que devemos observar a variação entre as formas e a co-existência das variantes.

De todo modo, entendemos que somente a análise de um número significativo de ocorrências lingüísticas contextualizadas pode elucidar se há ou não sentido passivo nas construções ditas de VPS no PB. Rotular este torneio sintático como pura invenção dos gramáticos é simplificar a questão por demais, desrespeitando o processo do fazer-se da própria língua.

Mais adiante (ver 1.2.2) abordaremos a questão da mudança sintática baseando-nos na Teoria das Fases, de Roberts (1993). Defenderemos, então, nossa proposta para o tratamento teórico da famigerada VPS.

1.2 O problema da mudança lingüística

O fato de que as línguas não constituem uma realidade estática parece, em geral, passar despercebido aos falantes de um determinado idioma. A não ser em situações extremas, como, por exemplo, se pedirmos a alguém que confronte uma crônica de Fernão Lopes a um texto de prosa moderna, ou num eventual contraste direto entre a fala de um jovem e de um idoso, o usuário tem a noção de que sua língua repousa numa permanência absoluta, e desconsidera a mutabilidade inerente do fenômeno lingüístico.

Construída tal imagem a respeito de sua própria língua, os falantes passam a agir sobre ela de forma conservadora, uma vez que na ótica inocente deles próprios qualquer desvio de uso cheira a não saber escrever (ou falar) a língua *x* ou *y*. Quem de nós nunca ouviu um amigo, um parente, ou um simples desconhecido dizendo numa autocrítica que "não sabe português", porque "é uma língua muito difícil"?

Em se tratando da língua escrita, que por suas características é de antemão mais estável que a língua falada, a situação é ainda mais complexa. Como as letras estão a assombrar os olhos de quem escreve, o peso da norma dita "culta" exerce uma função importante na escolha da variante lingüística. Assim, os falantes, manipulados pela ideologia dos gramáticos de plantão, os discípulos de Probo (Chinelatto 2003), acabam por interpretar a mudança via de regra como uma deteriorização do idioma, que segundo alguns mais ardorosos, pode vir a desaparecer tamanho o descaso para com o uso de nossa língua!...

No caso da VPS, isso se mostra muito pertinente porque parece haver uma preocupação mais acentuada por parte dos compêndios gramaticais em defender a forma conservadora da "deturpação" que se avizinha[7]. A polêmica sobre as funções e os usos do pronome *se* é não raro tema de artigos de gramáticos, professores, e até padres.

1.2.1 Características da mudança lingüística

Segundo Labov (1972) é necessário admitir que os fenômenos de mudança podem ser objeto de estudo e observação. Tal afirmação vai de encontro à opinião de Saussure uma vez que, na separação entre *langue* e *parole*, o mestre genebrino escolheu

[7] Bagno (2000) faz uma excelente síntese dos comandos paragramaticais que agem na mídia em favor do conservadorismo lingüístico (ver 3.1)

pela primeira, o sistema idealiazado, justamente por que acreditava que a segunda, multifacetada e heterogênea, não era passível de sistematização. O ponto de vista do sociolingüista em relação à mudança leva, então, ao paradoxo formulado brilhantemente por Tarallo (1986:6):

> *Se o caos aparente, se a heterogeneidade não pudessem ser sistematizados, como então justificar que tal diversificação lingüística entre os membros de uma comunidade não os impede de se entenderem, de se comunicarem?*

Não há, portanto, razão para crer que a mudança gere dificuldade de comunicação; a prova disso é que as pessoas comungam uma norma lingüística inteligível e organizada não obstante a língua ser um conjunto de variedades.

Vejamos, então, algumas das características da mudança, segundo Faraco (1991).

1.2.1.1 A continuidade da mudança

Apesar da ação das forças centrípetas por meio da norma padrão – no caso das culturas que têm escrita – , todas as línguas apresentam uma evolução constante na linha do tempo. O exemplo do latim é sempre esclarecedor nesse sentido, uma vez que as línguas românicas nada mais são que a continuidade do latim vulgar, falado no Império Romano durante vários séculos. Houve um *continuum* lingüístico, uma vez que a família das línguas neolatinas continuam ininterruptamente, na sua dimensão temporal, aquela variedade coloquial do latim.

Na presente dissertação defendemos que o caso da VPS, pelo menos no PB, se configura como uma mudança lingüística em andamento (Nunes 1990).

1.2.1.2 A lentidão da mudança

A mudança, apesar de contínua, acontece de forma muito lenta nas línguas. Pode ser que um determinado fenômeno, quer se trate de um fato fonológico ou gramatical, leve décadas, séculos, ou até mesmo milênios para se estabelecer como uma mudança acabada em que uma das formas variantes vence (Labov 1972).

Zágari (1988:107), estudando a fonologia diacrônica latino-portuguesa, nos apresenta uma dado impressionante: enquanto as consoantes dobradas latinas, como /bb/, /dd/ e /gg/ começaram a perder o traço de [+ quantidade] já nos primórdios da era cristã, a queda das simples intervocálicas /b/, /d/ e /g/ só se deu por concretizada no início do séc. XII. Tal exemplo nos parece sobremodo esclarecedor sobre quão lenta pode ser a mudança.

1.2.1.3 A gradualidade da mudança

Além de ser contínua e lenta, a mudança lingüística é gradual. Isso quer dizer que as mudanças vão atingindo partes da língua, e não a sua totalidade. A coexistência de variantes por um período mais ou menos longo de tempo, e finalmente a escolha de uma forma inovadora e o conseqüentente desuso da forma preterida evidenciam a gradualidade do processo histórico.

No caso da mudança sintático-semântica da função do clítico *se*, a gradação envolve uma série de fatores lingüísticos e extralingüísticos, conforme demonstraremos adiante (ver 2.3).

Segundo Faraco (op. cit., p. 29), a gradualidade da mudança juntamente com a lentidão garantem a interação entre os falantes sem prejuízo da inteligibilidade.

1.2.1.4 A regularidade da mudança

Finalmente, um outro aspecto: as mudanças lingüísticas são regulares.

Dessa forma, no olhar da Sociolingüística Variacionista, não é privilégio da sincronia ser sistemática, uma vez que também numa dimensão temporal, isto é, diacrônica, podemos ter regras que expliquem o caminho que tomam as alterações na gramática das línguas.

Tal regularidade nos permite comparar duas ou mais línguas diferentes a fim de se traçar uma reconstituição histórica, como bem demonstrou a Lingüística Histórico-Comparatista, ou ainda estabelecer as regras que fazem com que uma determinada língua seja diferente de outra em sua gramática; neste último caso, poderíamos pensar na diferença entre o português e o espanhol, a título de exemplo.

Especificamente em relação a VPS, houve uma regularidade observada nos usos do PB (ver 3.1), o que comprova a sistematicidade da mudança em que o clítico *se* assume, lenta e gradualmente, a função de indeterminar o agente verbal.

1.2.2 A Teoria das Fases

Uma vez caracterizada a mudança como sendo *contínua*, *lenta*, *gradual* e *regular*, gostaríamos de expor a teoria da mudança proposta por Roberts (1993).

Kato (1996: 18), na apresentação de *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, comenta com satisfação a vinda do Professor Ian Roberts por ocasião da reunião da ABRALIN, em 1989, e de sua estadia de dois meses na UNICAMP. A respeito das contribuições do autor para o estudo da mudança lingüística, esclarece a autora que

> *(...) sob sua orientação, as questões sobre mudança tornam-se mais explícitas, as hipóteses mais encaixadas em uma teoria de mudança e as alternativas de explicação mais facilmente refutáveis.*

Roberts (1993) cujo trabalho versa sobre sintaxe diacrônica traz uma teoria segundo a qual a mudança lingüística opera em três fases:

(i) a *fase dos passos* (steps), que se refere ao momento em que certas construções começam a ficar menos freqüentes;

(ii) a *fase de reanálise*, que se refere ao momento em que tais estruturas sofrem uma redução significativa de freqüência e passam a ser interpretadas/representadas diferentemente;

(iii) a *fase da mudança paramétrica*, que se refere ao momento em que tais estruturas deixam de existir na gramática, ou seja, tornam-se agramaticais.

Ora, a divisão tripartida de Roberts para o fenômeno da mudança lingüística, especificamente a sintática, encontra plena acolhida no tratamento do objeto de estudo de nossa dissertação.

As construções com *se* denominadas VPS apresentam-se no estágio atual do PB com um uso muito reduzido, restringindo-se quase que absolutamente à língua escrita (ver 2.1). Desse modo, e de acordo com Roberts (1993), podemos considerar que VPS praticamente inexiste na fala do brasileiro. O que ocorre é a opção por outras

formas de indeterminação do sujeito, sem o recurso ao clítico *se*. De todo modo, a restrição de ocorrências deste torneio sintático pode ser interpretada como a fase inicial da mudança, conforme a proposta daquele autor.

Num segundo momento, haveria o que Roberts denomina reanálise. De fato, o que está havendo na reorganização da cláusula é uma reinterpretação sintático-semântica dos constituintes oracionais. De um lado, o clítico perde a função de pronome apassivador e torna-se um indeterminador do sujeito; de outro, o sintagma, em geral um SN, recebe caso acusativo, perdendo a posição de sujeito sintático.

1.2.3 O apagamento diacrônico do agente da passiva

A opinião de Naro (1976) sobre as construções com *se* na língua portuguesa vem ao encontro do que estamos argumentando a respeito da reanálise. Referindo-se à gênese das construções com *se* apassivador e indeterminador, o lingüista faz a seguinte consideração:

> *A cronologia não deixa dúvidas: o **se**-passivo, com concordância e sintagma agentivo, precede em alguns séculos o **se**-impessoal, sem concordância ou sintagma agentivo* (Naro, 1976: 788).[8]

E, mais adiante (op. cit., p.798):

> *[...] podemos concluir que a construção sem concordância passou a ter uma aceitação generalizada entre a metade do século XV e a metade do século XVI.* [9]

---

[8] There can be no doubt about the historical chronology: the se-passive, with agreement and agent phrase, precedes the se-impersonal, without agreement or agent phrase, by several centuries.

[9] […] we can conclude that the non agreeing construction gained general acceptance sometime between the mid-15th century and the mid-16th century.

Assim, na opinião de Naro, as construções com *se* apassivador precedem historicamente as construções em que o clítico assume uma função de indeterminação do sujeito.

Especificamente em relação ao *se* apassivador, que subcategoriza um sintagma preposicionado, Naro acredita que realmente houve uma passiva pronominal em português e que ela fazia parte da "realidade lingüística" da época. Nas palavras do autor:

> *No período clássico, o **se**-passivo podia selecionar sintagmas agentivos introduzidos por **de** ou **per.** Neste ponto, ao menos, a construção se assemelhava à perífrase clássica com o uso do verbo **ser**; e estudiosos tradicionais assumem, de fato, que ela era realmente passiva, no sentido usual – isto é, o objeto da estrutura profunda era o sujeito da estrutura de superfície, e o sujeito da estrutura profunda era o agente da estrutura de superfície. No que diz respeito ao início do período clássico, acredito que esta suposição é basicamente correta, e corresponde à realidade lingüística observada nos textos*[10] (op. cit., p. 796).

Concordamos com a opinião de Naro. Essa construção, comum no período clássico, embora nada contivesse de *sintética*, apresentava de fato um sentido *passivo*. A título de exemplo, citamos as construções abaixo[11], encontradas em textos quinhentistas e que corroboram nossa análise:

(5) "Aqui se escreverão novas histórias
Por gentes estrangeiras que virão"

(6) "(...) o mar remoto navegamos
que só **dos feios focas**[12] se navega"

---

[10] The se-passive could take both **de** and **per**-agents in the classical period. In this respect, at least, the construction paralleled the classical periphrastic **ser**-passive; and traditional scholars have in fact assumed that it was a true passive in the usual sense – i. e., that the underlying object was surface subject and the underlying subject was surface agent. As far as the early classic period is concerned, I believe that this assumption is basically correct, and corresponds to the linguistic reality recorded in the texts.

[11] Os exemplos de 5 a 8 são do épico camoniano, ao passo que o exemplo 9 encontra-se em João de Barros. Todos foram colhidos *apud* Lobo (1939). Os grifos nos sintagmas agentivos são nossos.

[12] O substantivo *foca*, segundo a lição do *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*, significa "indivíduo inexperiente em qualquer coisa".

(7) “Era este o Catual um dos que estavam
Corruptos pela Maometana gente
O principal **por quem** se governavam
As cidades do Samorim potente.”

(8) “Olha essa terra toda, que se habita
Dessa gente sem lei, quase infinita.”

(9) “(...) e as [terras] que se acharam **per Christovão Colombo**”

Baseando-nos nisso, formulamos a seguinte hipótese: a explicação para a variação existente entre (1a) e (1b), retomadas abaixo,

(1a) Vendem-se casas.
(1b) Vende-se casas.

pode estar ligada ao processo diacrônico de ambas as construções. Em geral, não aparece o sintagma agentivo em frases do tipo de (1a)[13], o que traria à tona a sintaxe:

(1c) *Vendem-se casas por alguém.

Dessa forma, e como conseqüência do processo de reorganização da cláusula, pode ter surgido a construção com *se* indeterminador. No último estágio da mudança, o SN, que em (1a) é representado morfologicamente por *casas*, recebe caso acusativo, perdendo finalmente a relação de concordância com o verbo. Haveria, portanto, uma relação direta entre a presença/ausência do sintagma agentivo e a interpretação semântica do clítico *se*[14].

[13] Em nossa pesquisa, houve uma regra categórica: nenhuma das ocorrências de VPS teve a presença do agente da passiva.

[14] Um estudo diacrônico que comprove tal hipótese seria sobremodo esclarecedor. É o que faremos na tese de doutoramento, quando mapearemos a evolução da VPS, desde as origens do português até o seu momento atual.

Voltando à proposta de Roberts, resta dizer algo sobre a terceira fase da mudança. Segundo este autor, o último estágio da mudança é aquele em que a antiga construção passa a ser interpretada como agramatical, não fazendo mais parte do sistema lingüístico em questão.

Retomando a caracterização que fizemos da mudança (Faraco 1991), temos de admitir que o processo de substituição de uma forma lingüística por outra forma inovadora é sempre lento. No caso específico da VPS, estamos no estágio dois da mudança, como quer Roberts, não havendo por que se falar ainda em agramaticalidade para o uso da forma de prestígio, com concordância. Certamente, a manutenção da variante de prestígio, que atualmente divide espaços com a estigmatizada nos diversos tipos de textos do PB, encontra respaldo no conservadorismo da escrita e na imitação da prosa considerada clássica do português, em geral mais lusa que brasileira...

Em conclusão, gostaríamos de insistir em que somente a continuidade da língua portuguesa, em sua marcha inexorável na linha do tempo, poderá nos esclarecer se a mudança em questão chegará a seu estágio derradeiro. Afinal, como nos ensina o legado laboviano, nem tudo aquilo que se apresenta como variação nas línguas implica necessariamente uma mudança. Existem formas alternantes que dividem o cenário lingüístico por muito tempo, sem que possamos dizer qual delas vai desaparecer ou tornar-se arcaizante. Noutras palavras, toda mudança implica uma variação, mas a recíproca não é verdadeira.

C A P Í T U L O 2

M e t o d o l o g i a d a P e s q u i s a

> A nosso ver, as observações rápidas e anônimas constituem o método experimental mais importante num programa lingüístico que tome como principal objeto a linguagem utilizada pelas pessoas comuns em seus assuntos cotidianos..[15] *(Labov, 1972:69)*

[15] We see rapid and anonymous observations as the most important experimental method in a linguistic program which takes as its primary object the language used by ordinary people in their everyday affairs.

2. Metodologia

Antes de definirmos o *corpus* a partir do qual faríamos nossa análise de dados, fizemos algumas observações informais em relação ao uso do clítico *se* no português falado. De um lado, analisamos algumas entrevistas provenientes do PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Linguagem), material gentilmente cedido pela Profª. Drª. Nilza Dias, da Universidade Federal de Juiz de Fora. De outro, fizemos a leitura cuidadosa de dois inquéritos que fazem parte do projeto *Português Oral Culto de Fortaleza*, desenvolvido pelo Prof. Dr. José Lemos Monteiro, da Universidade Federal do Ceará.

Foi grande a nossa surpresa, pois podíamos contar nos dedos as ocorrências do clítico cuja sintaxe nos interessava. Em mais de 150 horas de gravação analisadas, constatamos praticamente a inexistência do pronome *se* como indeterminador ou apassivador, pelo menos no que se refere aos falantes do Rio de Janeiro e do Ceará.

Hawad (2002) também chegou a conclusão semelhante. Investigando as noções de *tema*, *sujeito* e *agente* em seu trabalho, a autora revela que o clítico *se* revelou-se bem menos presente na fala do que na escrita.

Uma vez que na presente dissertação partimos da *forma* para chegar à *função*, tornou-se impraticável trabalhar com o texto oral. Nessa modalidade, o recurso à função de indeterminar o agente do processo verbal foi feito, predominantemente, com o pronome *você*. A título de exemplo, transcrevemos abaixo um trecho do inquérito nº 47 em que dialogam dois informantes, ambos homens, fortalezenses, com escolaridade de nível superior, sendo que um tem 27 anos e o outro, 64:

Inf. 1 - diga o senhor que é professor de inglês tem uma LARga experiência... comé que eu consigo isso? será que...
Inf.2 - não:: rapaz... Olhe eu {por exemplo
Inf.1 - eu num quero falar
inglês eu quero entender inglês é diferente
*Inf. 2 - exatamente quando **você** estuda uma língua estrangeira... claro que **você** tem vários objetivo/ **você** pode... eh:: aprender uma língua estrangeira pra traduzir... pra:: aprender a faLAR... pra escreVER... quer dizer sem falar sem nada... quer dizer **você** tem vários objetivo/... o comércio... a indústria... uma correspondência uma coisa qualquer... **você** tem:: vários objetivos em mente né?... agora de um modo geral **você**:: mantém sempre contato com a língua... sempre lendo alguma coisa... educando o ouvido aqui acolá vendo um filme que... isso é fundamenTAL... é fundamental pra **você** manter aquilo vivo... porque é engraçado a gente... PArando totalmente **você** começa a a... a a usar novamente aquilo... REaparece tudo novamente... clareia novamente... enTÃO eh... eh hoje em DIA... qualquer RAmo... qualquer pessoa seja...qualquer ramo de atividade humana... é fundamental é... é questão mesmo de status a pessoa conhecer uma língua estrangeira... **você** veja ás vezes eu digo p/ os meus aluno/ eles pergunta/ muito na Prática de... na na... quando eu dou aula no... dava aula num colégio de segundo grau... (grifos nossos)*

Ao abandonarmos a idéia da pesquisa com o português falado, atemo-nos a três tipos diferentes de ocorrências textuais da modalidade escrita do PB. É o que explicitamos nas seções a seguir.

2.1 Os *corpora*

Nossa análise de dados ateve-se a três *corpora*.

Um primeiro conjunto de dados, somando ao todo 136 ocorrências, foi extraído de textos jornalísticos. Escolhemos o jornal *Folha de S. Paulo* por ser um dos jornais mais tradicionais do país, voltado para as camadas mais "cultas" da população

brasileira, podendo ser representativo do que se reconhece como o dialeto-padrão do Português do Brasil.

Para selecionarmos o tipo de caderno em que colheríamos a amostragem das construções com *se*, orientamo-nos pela observação de Hawad (2002: 68). Segundo a autora, na escrita, orações com *se* são menos freqüentes em textos informativos do que em textos de cunho argumentativo mais explícito. Desse modo, selecionamos a editoria *Opinião*, que apresenta textos fundamentalmente de argumentação. Esta editoria conta com as seguintes seções: a) editoriais; b) uma coluna chamada *Tendências/Debates*, assinada por intelectuais das diversas áreas do saber científico; uma outra com o título *Painel do Leitor*, em que são transcritas, na íntegra ou em trechos, cartas de leitores enviadas para a referida editoria. Todas as seções se encaixam, portanto, na divisão proposta por Hawad entre notícias (textos informativos), e artigos/editoriais (textos argumentativos).

Um segundo *corpus* traz redações de vestibulandos cujos textos foram selecionados durante o período em que trabalhei como professor no Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. De um total de aproximadamente 1.500 redações, apenas 10 fazem uso da construção que nos interessa particularmente, totalizando um conjunto de 14 dados.

Sobre as condições de produção dos textos, havia duas propostas de redação para os alunos, uma de cunho marcadamente narrativo e outra de cunho dissertativo (ver anexos), sendo que a narração era obrigatória para os alunos do 1° ano do ensino médio, enquanto que a dissertação só poderia ser feita por vestibulandos ou alunos que estivessem terminando o 3º ano do ensino médio.

O terceiro e último *corpus* é composto por observações aleatórias e informais – mas, pensamos, não menos importantes – de placas com anúncios de produtos e serviços em que a construção com o clítico se faz presente. Ao todo, são 19 fotografias, que tirei em algumas cidades pelas quais passava constantemente, a saber, o trecho que vai de Viçosa, passando por Ubá, Rio Pomba, Tabuleiro e chegando a Juiz de Fora. Embora frases rápidas, são o testemunho da variação lingüística que estamos comentando na presente dissertação.

2.2 Procedimentos de Análise

Os dados coletados junto à referida editoria da *Folha de S. Paulo* foram analisados quantitativa e qualitativamente. Para tanto, utilizamos o programa estatístico VARBRUL (GOLDVARB 2001, versão 1.0.2.13), que nos forneceu resultados a partir do cruzamento entre a variável dependente e os fatores condicionadores. [16]

No que se refere aos textos jornalísticos, selecionamos 66 textos, todos de caráter argumentativo, que estão inseridos no período de tempo que vai de 1° de janeiro a 12 de abril de 1999. As ocorrências retiradas desses textos trazem apenas construções em que aparece um verbo que seja transitivo direto, de forma finita ou não, acompanhado do clítico *se*. Descartamos de nossa pesquisa, então, os outros tipos de construções com *se*, como aquelas em que o pronome é reflexivo/recíproco (a) , parte integrante do verbo (b) , ou ainda quando aparece ligado a verbos transitivos indiretos (c), intransitivos (d) ou de ligação (e), conforme os exemplos abaixo:

[16] Como analisamos no todo da pesquisa cerca de uma centena e meia de dados, optamos por não lançar mão de cálculos probabilísticos, uma vez que o resultado estatístico poderia falsear a realidade lingüística. Desse modo, as tabelas que ilustram os resultados quantitativos trazem somente os índices de percentagem.

(a) O homem feriu-se com o machado.

(b) Ele sentou-se à mesa.

(c) Precisa-se de mais investimentos em educação.

(d) Vive-se bem em Juiz de Fora.

(e) Não se é Ministro; está-se Ministro[17].

O que buscamos com isso foi justamente isolar a construção em que o clítico aparece junto a verbos transitivos diretos para analisar os casos em que possa haver indeterminação ou passividade na intenção comunicativa dos falantes.

Se para o primeiro *corpus* valemo-nos do recurso à quantificação, quando o fizemos na análise dos dois últimos foi de uma maneira menos formalizada, em virtude do número escasso de ocorrências. O que prevaleceu na análise das redações e das fotografias foi a análise qualitativa. Até mesmo porque estamos tratando de tipos de textos distintos: de um lado, temos artigos e editoriais escritos por pessoas, em geral, com o grau de escolaridade de nível superior[18], e que certamente passam por uma revisão antes de virarem matéria no primeiro caderno da *Folha*; de outro, temos redações escolares, manuscritas, feitas por jovens, no máximo, com o ensino médio completo; some-se a isso o terceiro tipo de ocorrência, em que não podemos controlar de forma precisa a variável escolaridade em virtude das circunstâncias de produção dos anúncios, mas que sabemos serem fruto da necessidade básica de comunicação do "homem comum", que quer apenas, e às vezes literalmente, "vender o seu peixe".

---

[17] Apud Ladeira (1986).

[18] São comuns nessa editoria textos assinados por Carlos Heitor Cony, José Sarney, Fernando Gabeira, só para citar esses nomes, além de professores e pesquisadores universitários.

As condições de produção dos três tipos de textos são, portanto, diversas. De comum, resta a descrição sistêmica e funcional dos usos efetivos deste sintaticismo na nossa variedade de português.

2.3 Variável e fatores condicionadores

Conforme dissemos no capítulo 1, o objeto de nossa pesquisa é a variação observada entre frases do tipo:

(9) Procuram-se ladrões de molas

e

(10) Procura-se ladrões de molas.

Tendo a mudança que substitui (9) por (10) como a variável, e buscando compreender quais são os fatores internos e externos que favorecem ou inibem a mudança envolvendo *se* apassivador e indeterminador, selecionamos os seguintes fatores condicionadores:

1) relação sintática entre o verbo e o argumento:

a) concordância

> "É um pagamento irreal, mesmo que se adotem ***os piores parâmetros de qualidade*** existentes no tão criticado setor universitário." (*Folha*, 06/01/99, p. 1-3)

b) discordância

> "Copa do mundo, tempo de se unir, pegar a bandeira e torcer pelo país, que nem sempre se dá bem. Na minha casa, por todas as partes só se via ***as cores verde e amarelo***." (Redação nº 02830)

c) neutralização

> "Na China, só em 1911 se introduziu ***o calendário gregoriano*** e, na Rússia, só em 1940!" (*Folha*, 01/01/99, p.1-2)

2) posição do argumento:

a) anteposto ao verbo

> "***Uma cinematografia*** não se escreve com apenas um filme, muito menos com um prêmio." (*Folha*, 07/04/99, p.1-3)

b) posposto ao verbo

> "Prevê-se ***elevação do nível dos mares*** em mais de 50 centímetros, bem como aumento da freqüência e da gravidade de tempestades e secas." (*Folha*, 04/01/99, p.1-2)

c) "não-se-aplica" (argumento foneticamente nulo)

> "Assim, em lugar de grafar o ano de 1975 com quatro dígitos, grafava-se ***[Ø]*** apenas com dois:75." (*Folha*, 06/03/99, p.1-2)

3) realização do argumento:

a) SN lexical

> "Na infibulação, usam-se ***espinhos*** para juntar os lábios vaginais menores (...) A menina é imobilizada com as pernas abertas." (*Folha*, 08/03/99, p.1-2)

b) sentença

> "O bug do milênio era visto, até agora, como um possível desastre técnico que se abateria sobre computadores e equipamentos que utilizam microprocessadores eletrônicos. Sabe-se agora ***que poderá ser, talvez, uma calamidade econômica***." (*Folha*, 06/03/99, p.1-2)

c) pronome indefinido

> "Assim como nos caos dos Anões do Orçamento e da compra de votos de deputados, abafou-se ***tudo*** com a saída do ministro das Comunicações e do presidente do BNDES." (*Folha*, 12/02/99, p.1-3)

d) pronome demonstrativo

> "Não é que agora surge essa campanha para explicar que a mulher que os mágicos cortam ao meio, que levita no palco, fica

presa e se solta não é verdade, é apenas fruto de uma armação que é feita para enganar o público? ***Isso*** não se faz. A mágica existe, ela é uma das coisas que ainda permitem que se comprem ilusões, a quem têm acesso os ricos e os pobres." (*Folha*, 12/02/99, p.1-2)

e) pronome relativo

"É o Estado das subvenções, das isenções, dos benefícios ***que*** se concedem sem transparência e critérios públicos." (*Folha*, 10/03/99, p.1-2)

f) categoria vazia

"Assim, em lugar de grafar o ano de 1975 com quatro dígitos, grafava-se ***[Ø]*** apenas com dois:75." (*Folha*, 06/03/99, p.1-2)

4) Agente da Passiva:

a) ausência

"Valores não se ensinam ***[Ø]*** como se fossem disciplinas escolares." (*Folha*, 09/03/99, p.1-3)

b) presença[19]
OBS: não foram encontradas ocorrências.

5) Tipo de construção verbal:

a) simples

"Após longa e disputada negociação diplomática, ***firmou***-se o Protocolo de Montreal para banir esses compostos, tratado que conta hoje com 165 nações signatárias." (*Folha*, 03/04/99, p.1-2)

b) locução

"De qualquer forma, é desejável que a discussão amadureça, envolvendo parcelas maiores da sociedade, com vistas a um mínimo de consenso sobre a forma como se ***devam combater*** os males provocados pelo fumo." (*Folha*, 13/02/99, p.1-2)

---

[19] Embora não tenhamos encontrado nenhuma ocorrência nos textos analisados em que o agente da passiva fizesse parte da organização das cláusulas, consideramos esse fator condicionador por razões teóricas que tem a ver com a diacronia das construções com *se*.

6) conversão para Voz Passiva Analítica (VPA):

a) aceitável

"Durante quatro anos ***discutiu-se a reforma fiscal***, que nunca foi apresentada ao Congresso." (*Folha*, 17/02/99, p.1-2)

b) inaceitável

"Apesar das sanção presidencial, ***a lei ainda não se fez cumprir***." (*Folha*, 12/04/99, p.1-3)

7) Predicação (tipos de estados-e-coisas)[20]:

a) realização [+ din] [+ cont] [+ tel]

"Após longa e disputada negociação diplomática, ***firmou-se o Protocolo de Montreal*** para banir esses compostos, tratado que conta hoje com 165 nações signatárias."(*Folha*, 03/04/99, p.1-2)

b) atividade [+ din] [+ cont] [- tel]

"Quando não há consenso em torno de uma fórmula, as operações ficam comprometidas até segunda ordem. ***Adia-se a renovação de contratos***." (*Folha*, 09/04/99, p.1-2)

c) mudança [+ din] [- cont] [+ tel]

"Em 1998, ***isso se traduziu*** num movimento de R$ 13,3 bilhões (...)." (*Folha*, 06/04/99, p.1-3)

d) dinamismo [+ din] [- cont] [- tel]

"Às dificuldades de ordem prática ***soma-se o intento de fazer do multiculturalismo um obstáculo ao universal***." (*Folha*, 08/03/99, p.1-3)

e) posição [- din] [+ cont]

"Mas as perspectivas de expansão parecem animadoras ***quando se observa o interesse de investidores estrangeiros*** que aqui chegam." (*Folha*, 03/01/99, p. 1-2)

---

[20] Os parâmetros para a tipologia semântica da predicação que adotamos (Neves ????) são os traços de: +/- Dinâmico [din]; +/- Controle [cont]; e +/- Télico [tel].

e) estado [- din] [- cont]

> "***Não se conhece*** com precisão ***qual a contribuição efetiva da espécie humana*** para o aquecimento, na comparação com causas naturais." (*Folha*, 04/01/99, p.1-2)

C A P Í T U L O 3

A n á l i s e d o s d a d o s

"(...) os resultados numéricos obtidos pelos programas só têm valor estatístico. O seu valor lingüístico é atribuído e interpretado pelo lingüista. Se o lingüista for bom, certamente os resultados lhe permitirão refutar ou não as hipóteses estabelecidas quando da análise dos dados lingüísticos"
(Scherre & Naro 2003:162)

3. Análise dos dados

No presente capítulo, analisaremos os dados provenientes dos três *corpora* utilizados. Começaremos comentando as fotografias, passando, então, para a análise das redações. Finalmente, ao analisar os textos jornalísticos, estabeleceremos quais os fatores que intervieram com maior ou menor intensidade na mudança lingüística em progresso que estamos estudando. Didaticamente, separamos a análise por tipo de *corpus*. O contraste entre eles, no entanto, será feito no decorrer do capítulo, tanto para a análise quantitativa quanto para a qualitativa.

3.1 As fotografias

O *corpus* apresenta 19 (dezenove) dados, obtidos no espaço geográfico compreendido pela Zona da Mata Mineira. Todos se referem à oferta de produtos, bens ou serviços por parte de seus anunciantes. Embora o número de exemplos que analisamos seja relativamente pequeno, podemos dizer que os verbos que figuram nas cláusulas chegam a ser repetitivos. Na amostragem analisada, aparecem os verbos *vender* (14 ocorrências), *alugar* (4 ocorrências), *comprar* (2 ocorrências), *trocar* (2 ocorrências) e *procurar* (1 ocorrência).

Se observarmos o tipo semântico desses verbos (Neves, 1997), podemos perceber que todos são verbos de *atividade*, que se caracterizam por terem os traços [+ dinâmico], [+ controle] e [- télico]. Assim, como estamos diante de ações verbais que são *controladas* – e sabemos que tal controle compete ao anunciante das placas –, natural que o(s) argumento(s) selecionado(s) nas cláusulas seja(m) semanticamente o objeto dessas ações.

Tal observação nos parece importante para a análise das fotografias, pois houve uma regra categórica nos dados: todos os 19 anúncios apresentaram uma relação sintática de discordância entre o verbo e o argumento. Resende (2002) chegou a resultado semelhante ao constatar que o falante opta pelo desvio à norma quando as construções apresentam um sujeito que é deliberador.

Como veremos mais adiante (ver 3.3), o texto jornalístico apresenta-se bem mais conservador que as placas no que se refere às estatísticas sobre a relação sintática verbo-argumento. De todo modo, a persistência da forma inovadora neste *corpus* é denunciadora da mudança lingüística em progresso das construções com *se* dito apassivador no PB.

Ao lado dessa generalização, apareceu outra de ordem distribucional: 100 % das ocorrências trouxeram o argumento posposto ao verbo. A partir dessa observação, somos levados a crer que a posição não-marcada para o argumento nas construções reconhecidas tradicionalmente como VPS é aquela em que ele aparece sintagmaticamente depois do verbo. Sendo o português reconhecido como uma língua de padrão sintático SVO, há, portanto, um caráter de especificidade pelo menos nas construções com *se* que estamos analisando. VPS não se enquadra neste padrão frasal.

Nos casos observados, a anteposição do argumento não se mostra nem mesmo como opção estilística ao falante, uma vez que a sintaxe das frases tornar-se-ia algo estranho ao nosso ouvido. Os exemplos (11) e (12), se colocados na ordem SVO[21], transformar-se-iam em algo como (11') e (12'):

(11) Compra vende e troca móveis usados.

(11') Móveis usados compra vende e troca.

(12) Vende-se bombons e doces.

(12') Bombons e doces vende-se.

Quanto à ocorrência de VPS em anúncios do tipo em questão, Hawad (2002: 8) apresenta uma distribuição complementar para os usos de VPA e VPS. Segundo a referida autora, e com o que concordamos, neste tipo de ocorrência textual parece haver uma preferência por parte do falante em optar pelo uso da construção com *se*. A observação de Hawad vai ao encontro do que Said Ali (ver cap.1) advertia já no início do século sobre o fato de as hipotéticas placas *aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* não portarem o mesmo significado pragmático. Haveria, então, uma motivação para o uso de VPS nesse tipo de uso lingüístico: parece que o falante não reconhece, de fato, passividade nesses casos.

Gostaríamos de comentar alguns dados em particular, que nos pareceram interessantes. Primeiramente, como se pode ver nos exemplos (13), (14) e (15),

(13) Vende ou Aluga apartamentos.

(14) Compra vende e troca móveis usados.

(15) Compra vende e troca móveis usados.

embora o clítico não apareça nas placas dos anunciantes, a não-realização morfossintática do pronome *se* força-nos a compreender a cláusula estruturada com uma categoria vazia, mas que é também controladora da ação. O argumento, por sua vez, foi realizado pelo usuário do PB no plural, sem prejuízo da comunicação. Numa relação associativa, em termos saussurianos, poderíamos dizer que (13) se assemelharia semanticamente a (13'), (13'')

(13') Vende-*se* ou Aluga-*se* apartamentos.

---

[21] Considerando-se, é claro, a classificação de sujeito da VPS, proposta pela GT.

(13’’) *Alguém* vende ou *alguém* aluga apartamentos.

Neves (2000), comentando as formas de *referenciação genérica* na sua *Gramática de Usos do Português* prevê o emprego da terceira pessoa do singular para indeterminação do sujeito e fornece o seguinte exemplo:

(16) *Lá tira título de eleitor, documento*. (*op. cit*., p.464)

Não há razões para se analisar os exemplos de nosso *corpus* de maneira diversa, porquanto, seja na forma ou no sentido, a correspondência é inequívoca.

O último exemplo cuja forma é instigante nos dá a dimensão em que a força prescritiva da escrita age no momento de o usuário lançar mão das construções com *se*. Como se pode conferir pela foto n° 16, a faixa foi pintada com o uso da forma inovadora; daí termos a frase

(17) Aluga-se apartamentos.

No entanto, o “s” de plural do argumento da cláusula foi como que embaçado *a posteriori*. O resultado seria a neutralização entre o número do verbo e do argumento, o que não traz de fato passividade à frase, mas antes demonstra uma preocupação do usuário em se adequar ao preceito gramatical normativista. Fica patente que a intuição lingüística do falante pede-lhe o uso do pronome *se* nesses contextos como uma marcação sintático-semântica da indeterminação do agente.

É tal a força centrípeta em que nos achamos ao utilizar essa construção que parece haver no caso da VPS um controle mais austero por parte do que Bagno (2000: 121) chama de *Comandos Paragramaticais*. O autor faz uma resenha muito bem pontuada do que se diz aqui e alhures sobre a VPS nesses *comandos*, e leva-nos a repensar quão arraigada é a autoridade do gramático em nossa tradição escolar.

Consultando o *CD-ROM: Nossa Língua Portuguesa*, de autoria do Professor Pasquale C. Neto, vemos a seguinte mensagem na tela:

> *Concordância do verbo quando associado à palavra "se"*
>
> *Acertou bastante? Vamos ver como é que você faz pra acertar tudo. A dica é muito clara:*
> *Alugam-se casas / Casas são alugadas.*
> *Quando é possível fazer essa troca o verbo associado ao "se" deve ficar no plural.*

Se a pedagogia comportamentalista de Pasquale prefere agir motivando (ou seria adestrando?) o leitor a "acertar bastante", em *Não erre mais!*, Sacconi (1998: 221) elege a ironia como estratégia de persuasão para o pobre discente, ou mesmo o leitor comum, que lhe consulta a obra. Gostaríamos de transcrever as palavras do próprio autor:

> ***Dá**-se aulas particulares de português*
>
> *Àqueles que se dispuserem a dar aulas particulares de Português, principalmente, e anunciarem em jornais dessa forma, temos uma sugestão: não dêem!*
> *Voz passiva exige o verbo no plural, quando o sujeito está no plural. Assim:*
> ***Dão**-se aulas particulares de português.*
> *Não se **dá** murro em faca de ponta.*
> *Não se **dão** murros em faca de ponta.*

Voltando ao nosso último exemplo, o do "s" embaçado, fica a dúvida no ar: teria sido o proprietário do Edifício Marquês de Pombal advertido por algum purista de

plantão? Ou ele mesmo se apercebeu do “solecismo” praticado pelo pintor da faixa? Em ambos os casos, a monitoração da escrita parece conduzir mais à hipercorreção que propriamente ao domínio do vernáculo (Nunes 1991: 153).

3.2 As redações

Como dissemos anteriormente (ver 2.1), as redações de vestibular que analisamos dividem-se entre textos dissertativos e narrativos. Do total de 14 (quatorze) ocorrências das construções com *se* observadas, 11 (onze) foram encontradas nos dissertativos e as outras 3 (três) ocorrências nos narrativos.

Se na análise das fotografias observamos uma regra categórica de discordância entre o número do verbo e o do argumento, nas redações o percentual de discordância foi de 72%, o equivalente a 10 (dez) ocorrências. Houve também dois casos em que a forma conservadora apareceu, ao lado de outros dois em que a relação verbo-argumento neutralizou-se pelo singular.

Assim como ocorrera na análise das placas, o tipo de verbo mais recorrente nas cláusulas foi o que estamos classificando como verbo de *atividade*: ao todo, foram 11 (onze) casos. Tais verbos, como vimos, favorecem a interpretação semântica do clítico *se* como indeterminador.

Se de um ponto de vista estritamente estatístico já podemos considerar alta a percentagem de ocorrência da forma inovadora nas redações, quando observamos qualitativamente os casos de neutralização e de uso da forma conservadora a situação se torna ainda mais evidente.

Nas neutralizações, que aparecem em (18) e (19) transcritos abaixo,

(18) "(...) Pois, a educação inclui tudo, mais capacidade e ***se tendo mais capacitação***, consegue-se mais empregos e o emprego gera o crescimento assim, há mais movimentação de capital e menos desigualdades (...)."

(19) "(...) Mas não é chegar e impor, pois o Brasil é um país atrasado, levará anos para que ***se estruture uma educação*** que acrescente o crescimento ao país (...)."

não há dúvidas sobre a função do *se* nas cláusulas. Em (18), o clítico é claramente indeterminador, sendo que discursivamente se refere à coletividade, à sociedade brasileira, enfim, às pessoas que teriam mais condições de conseguir um emprego através de uma capacitação educacional.

Em (19), que faz parte da mesma redação em que aparece (18), o clítico aparece, a nosso ver, com a mesma função. A redação que estamos comentando (ver anexos), cujo título é *Brasil, país de contrastes*, procura confrontar, de um lado, a esperança do povo brasileiro, e de outro, o novo governo, que "tem a missão de resolver os contrastes do país". Ora, o que acontece em (19) é que discursivamente o autor da redação repousa a missão, isto é, a obrigação de estruturar a educação nos ombros no governo. Assim, mantém-se a função de indeterminação, já que não estamos falando do presidente Lula ou ainda de qualquer outro nome específico do atual governo.

No caso específico de (19) parece haver uma motivação para o uso da construção com *se* com valor indeterminado. Segundo Hawad (2002: 119), em situações de referência a atividades de âmbito institucional, em que a especificação de pessoas determinadas poderia acarretar uma representação não exata dos fatos, é comum o recurso a VPS. Dessa forma, discursivamente pode-se desviar a ênfase dos *agentes* para as *ações*. Em (19), portanto, a ação de estruturar a educação fica em primeiro plano, ao passo que o clítico indetermina o(s) verdadeiro(s) agente(s) do processo verbal.

O outro caso que gostaríamos de comentar é aquele que faz uso da forma conservadora, isto é, aquela em que é observada a concordância entre o argumento e o verbo. Observe-se o exemplo (20):

> (20) "(...) A pobreza é um dos problemas mais característicos dos países de terceiro mundo, sendo uma questão que preocupa a sociedade como um todo. ***(~~Vê-se contr~~) Vêem-se contrastes*** a todo instante, em qualquer local que se esteja (...)."

O exemplo (20) parece-nos sobremodo esclarecedor. O vestibulando, ao fazer a redação a caneta, não pôde apagar o que estava escrevendo. Naturalmente, ia redigindo seu texto com o uso da forma inovadora, quando subitamente interrompeu o texto ao escrever a palavra *contrastes*. Por fim, cancelou com um traço toda a frase, e reescreveu-a agora adequando-a à norma "culta" do português. A situação discursiva exigia-lhe um texto formal, acadêmico, e para tanto o fator externo "correção gramatical" foi definidor no tipo de uso pelo qual o aluno optou. Tal exemplo porta o mesmo grau de prescritivismo que o exemplo (17), em que o anunciante do imóvel embaçou o "s" de apartamentos.

Portanto, a bem da verdade, os dados do *corpus* demonstram uma clara preferência dos vestibulandos pelo uso da forma inovadora; quando ela não ocorreu, não foi porque ficou subjacente a idéia de passividade, mas antes pela referenciação genérica ou pela adequação ao *statu quo* de VPS na gramática normativa do português.

3.3 Os textos jornalísticos

3.3.1 Relação sintática entre o argumento e o verbo

Os textos extraídos do jornal *Folha de São Paulo*, que compõem o presente *corpus*, apresentaram 136 (cento e trinta e seis) ocorrências de VPS. Um primeiro dado

que chama a atenção se refere à relação sintática de concordância/discordância em número entre o argumento e o verbo. Neste tipo de texto, ao contrário do que ocorreu nas placas de anúncios e nas redações escolares, houve uma preferência pela forma conservadora. A tabela 1 ilustra o que acabamos de dizer:

Tabela 1
Relação sintática verbo-argumento *versus* Posição do argumento

	Concordância	**Discordância**	**Neutralização**	**TOTAL**
posposto	25	1	86	112
anteposto	4	0	19	23
TOTAL	29	1	105	135

Como podemos notar, há 29 (vinte e nove) casos em que a concordância de número entre o argumento e o verbo se deu normalmente, o que seria um entrave ao progresso da mudança lingüística; da leitura da tabela, percebemos ainda a predominância de construções em que a noção de número neutraliza-se em virtude do argumento vir categoricamente no singular. O único caso de discordância, nem mesmo este traz o uso da forma inovadora, sendo antes um caso de hipercorreção. Trata-se do seguinte trecho:

(21) "Insiste a mensagem em alguns passos concretos: a) que se ponha termo aos conflitos atrozes na África; b) *que não se arruínem a vida de crianças-soldado* treinadas para matar; c) que se eliminem as minas anti-homem, armas traiçoeiras.". (*Folha*, 02/01/99, p. 1-2)

O articulista mostrou-se tão preocupado em observar o que reza o preceito gramatical que ignorou o fato de que o núcleo do SN é o substantivo *vida* e não o especificador *crianças-soldado*.

Podemos concluir, baseando-nos exclusivamente nos dados do *corpus* três, que não houve variação, dada a predominância maciça de formas conservadoras nos dados. Causou-nos certa surpresa o conservadorismo do referido jornal no uso de VPS, uma vez que pesquisas anteriores demonstraram que, mesmo em registros mais tensos, de modalidade escrita ou falada, a discordância verbal entre o argumento e o verbo se faz notar com freqüência. Hawad (2002: 21) apresenta vários exemplos, dos quais reproduzimos alguns abaixo:

(22) "(...) é importante a estabilidade para que as coisas realmente funcionem, para que *se tenha instituições eficientes* no mercado de capitais e redução de spreads." [entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* por Emílio Carazzai, presidente da CEF, publicada em 19/09/99].

(23) "Para que *se dá aulas de uma língua* para seus falantes?" ou, transferindo para o nosso caso específico, "Para que *se dá aulas de Português* a falantes nativos do Português?". [L. C. Travaglia, em *Gramática e Interação*, p. 17]

(24) "Catita só sabe que *não se mata crianças*[22], nem as dela nem as dos outros, por nenhuma razão." [*O Globo*, 26/2/99]

Nunes (1990: 117) é outro que atesta em larga escala a presença da forma inovadora em textos que pretendem se pautar na norma "culta" do PB. O autor encontrou o expressivo número de 156 (cento e cinqüenta e seis) ocorrências de discordância em sua pesquisa, que teve por base de dados a revista *Veja*, no período de maio de 1988 a maio de 1989. Com certa surpresa, o lingüista chega a dizer que

[22] Todos os grifos são nossos.

> *"(...) ao contrário do que se poderia esperar, não há na linguagem jornalística muita repulsa em relação à discordância verbal em passivas pronominais." (op. cit., p. 118)*

Um outro dado que pode nos ajudar a compreender a predominância da forma conservadora neste tipo de texto provém da pesquisa empreendida por Lima (2001). O autor coletou os usos das construções com *se* em três tipos de editorias do mesmo jornal que é fonte de nossa pesquisa. Tendo por base os cadernos *Esportes*, *Mundo* e *Opinião*, a pesquisa demonstrou uma realidade diferente para a predominância ora da forma com concordância, ora da forma sem concordância de número. Enquanto que na editoria de *Esportes* houve uma predominância das formas sem concordância, nas outras duas, a forma com concordância prevaleceu. Lima conclui, então, que

> *(...) em se tratando da editoria Esporte, a preocupação em normatizar o texto é menor, pois o público a que é direcionado, a grande parte dos falantes nativos, em geral não dominam o português culto* (op. cit., p. 74).

Especificamente em relação ao caderno *Opinião*, que gostaríamos de frisar se tratar do que mesmo em que a presente dissertação se baseia, o autor encontrou 125 (cento e vinte e cinco) ocorrências com concordância e 17 (dezessete) ocorrências sem concordância.

De qualquer forma, não foi efetivamente o que observamos em nossa pesquisa. Como a linguagem jornalística tem sido atualmente adotada como representativa do dialeto padrão do PB, seria interessante observar pesquisas que contrastassem diferentes fontes escritas, consideradas representativas do português padrão, a fim de se saber se o conservadorismo da *Folha* diante de VPS é um caso

isolado ou se realmente há um empenho coletivo por parte da mídia em frear a mudança lingüística.

3.3.2 A ordem sintática e a realização morfológica do argumento

No que se refere à posição do argumento em relação ao verbo, os dados mostraram uma preferência expressiva pela posposição. Foram 112 (cento e doze) ocorrências (83%) de argumentos pospostos contra 23 (vinte e três) ocorrências (17%) de argumentos antepostos ao verbo. Podemos inferir, então, que a ordem não-marcada para as construções denominadas VPS pela GT é aquela em que temos uma seqüência que vai do verbo, passando pelo clítico e terminando com um sintagma. No caso das placas (ver anexos), o padrão sintático de ordem VERBO + SE + ARGUMENTO torna-se ainda mais evidente, uma vez que todas as ocorrências trazem argumento posposto.

Sobre a realização morfossintática do sintagma que aparece nas cláusulas, os dados são os seguintes, conforme a tabela 2:

Tabela 2
Relação sintática verbo-argumento *versus* Realização do argumento

	Concordância	**Discordância**	**Neutralização**	TOTAL
SN lexical	27	1	76	104
Sentença	0	0	19	19
pronome relativo	2	0	7	9
pronome indefinido	0	0	1	1
pronome demonstr.	0	0	2	2

categoria vazia	0	0	1	1
TOTAL	29	1	106	136

Destaca-se na tabela dois índices: a alta incidência dos SNs lexicais, que somam 76 (setenta e seis) ocorrências, e o número de sintagmas oracionais, 19 (dezenove) ao todo. Do total de 29 (vinte e nove) formas conservadoras, isto é, com concordância, 27 (vinte e sete) delas – quase a totalidade – se dão com SNs lexicais. A realização do sintagma como SN favorece, portanto, a flexão do verbo.

Fato diferente ocorre quando o argumento realiza-se sintaticamente como um sintagma oracional. Neste caso ocorre a neutralização de número, como demonstram os exemplos abaixo:

(25) "*Recorde-se que algumas vozes se levantaram contra Nuremberg*, sob o argumento de que se estava reduzindo a letra morta o princípio do 'nullum crimen, nulla poena sine praevia lege'." (*Folha*, 04/01/99, p.1-3)

(26) "Uma reunião para definir os valores está agendada para o próximo dia 7; *estuda-se fixá-los* entre 15% e 20% do preço de passagem." (*Folha*, 02/01/99, p. 1-2)

3.3.3 A predicação verbal

Conforme discutimos quando da análise dos dois *corpora* anteriores, os verbos de *atividade* (Neves 1997) favorecem a interpretação do clítico *se* como agentivo, uma vez que, nas construções em que aparece junto a verbos transitivos diretos, é ele quem detém o "controle", por assim dizer, da predicação verbal. No que se

refere aos textos jornalísticos, isso se confirmou. Eis a Tabela 3, que ilustra a relação entre a variável dependente e o tipo de predicação verbal:

Tabela 3
Relação sintática verbo-argumento versus Tipo de predicação

	concordância	**discordância**	**neutralização**	**TOTAL**
atividade	22	1	53	76
realização	4	0	12	16
mudança	0	0	3	3
dinamismo	2	0	18	20
posição	0	0	4	4
estado	1	0	16	17
TOTAL	29	1	106	136

São 76 (setenta e seis) as ocorrências com verbos de *atividade*. Se somarmos a elas os 16 (dezesseis) casos que ocorreram com verbos de *realização*, mais as 4 (quatro) ocorrências com verbos de *posição* – que também possuem o traço semântico [+ controle] –, chegamos a percentagem de 70% para os casos em que a agentividade é assumida textualmente, de forma genérica ou situada, pelo clítico *se*. A título de exemplo, comentamos dois casos abaixo, em que aparece, respectivamente, um verbo de realização e um verbo de atividade:

(27) "Nessa política, *queimaram-se dezenas de bilhões de dólares*, como os obtidos em outra queima: a do patrimônio público, com as privatizações." (*Folha*, 12/02/99, p. 1-3)

(28) “Na excisão, *extirpam-se o clitóris e os lábios menores*, total ou parcialmente. Na infibulação, *extirpam-se todos os genitais externos* e se costura quase todo o orifício vaginal (...).” (*Folha*, 08/03/99, p. 1-3)

O texto de que foi extraído o fragmento (27), intitulado *Os limites do governo*, trata da política monetária do então presidente FHC. Num tom de crítica à postura do Banco Central em relação ao FMI, o articulista tece o comentário transcrito acima. Ao lermos o texto em questão, percebemos claramente que o pronome *se* está se referindo, de forma genérica, àqueles que eram os comandados de FHC. De modo que, se acontece a flexão do verbo não é senão por uma monitoração da escrita, uma intervenção externa, contra-intuitiva ao senso do usuário. Situado textualmente, este caso não deixa dúvidas quanto à agentividade do clítico. Trata-se, portanto, de um caso de voz ativa com referência genérica ao agente do processo verbal.

O que se disse a respeito de (27) aplica-se a (28). É interessante notar que o articulista do texto de origem, *Mulheres Mutiladas*, deixa explícito linhas antes do trecho transcrito que o praticante dessas mutilações “pode ser um médico, uma parteira, um barbeiro ou uma curandeira.” Logicamente, na organização da cláusula em que ocorre o verbo *extirpar* o clítico se refere a essas pessoas que, em potencial, praticam a ação verbal, isto é, a extirpação.

Conforme demonstramos, então, tanto os verbos de realização quanto os de atividade e posição têm o traço [+ controle], que é determinante na hora de se atribuir a função de agente ao clítico.

Situação diversa aconteceu com os verbos de *dinamismo*, *estado* e *mudança*. Tais verbos trazem à predicação verbal o traço semântico de [- controle]. O que se observou nesses casos foi que não há como atribuir ao pronome *se* uma função agentiva.

Desse modo, não se tem a leitura segundo a qual "*x* faz *y*", que caracteriza os processos verbais examinados há pouco. Conforme a leitura da tabela, somadas as ocorrências, essas construções equivalem a 40 dados ou 30% dos casos. Comentamos abaixo duas ocorrências, (29) e (30), que exemplificam, respectivamente, construções com verbos de dinamismo e estado.

(29) "Às dificuldades de ordem prática *soma-se o intento de fazer do multiculturalismo um obstáculo ao universal*." (*Folha*, 08/03/99, p. 1-3)

(30) "*Tome-se o caso do ex-chefe da Regional de Pinheiros*, Marco Antonio Zeppini, preso em flagrante em dezembro por prática de concussão." (*Folha*, 08/04/99, p. 1-2)

Em (29) não podemos atribuir função agentiva ao clítico. Uma leitura do tipo "alguém soma o intento de fazer do multiculturalismo um obstáculo ao universal" desrespeitaria o sentido que o articulista deu ao seu enunciado. Nesse caso, o traço [- animado] do argumento *intento* e o significado contextual do verbo *somar*, tornam a predicação verbal não-controlada.

Em (30) também soaria estranha uma interpretação do pronome *se* como agente, num texto em que o produtor tão somente exemplifica com o referido caso do ex-chefe de polícia o problema da impunidade na Justiça brasileira. De novo é a predicação verbal quem determina a atribuição de função dada ao clítico.

3.3.4 A pretensa conversão de VPS em VPA

Para finalizar a análise dos dados, gastaríamos de comentar a questão da reversibilidade de VPS em VPA, defendida pela Gramática Tradicional. O argumento de que haveria uma sinonímia entre as duas estruturas no português (conforme

demonstramos em 1.1.) aparece em nossos compêndios gramaticais como uma verdadeira bandeira. Baseando-se na lógica, e não nos fatos lingüísticos em si, os gramáticos procuram justificar a flexão do verbo em uma estrutura (VPS) não pela sua organização sintática, mas antes pelo sofisma de que a outra estrutura (VPA) é quem determina, isto é, age sobre a organização da primeira, como se houvesse uma dependência para a sua correta análise.

Com base nos dados da tabela 4,

Tabela 4
Relação sintática entre o argumento e o verbo *versus* Conversão de VPS em VPA

	Concordância	**Discordância**	**Neutralização**	**TOTAL**
aceitável	19	1	23	43
inaceitável	10	0	83	93
TOTAL	29	1	106	136

podemos perceber a fragilidade de tal argumentação. O número de ocorrências em que não é possível a substituição de uma forma lingüística por outra é bastante expressivo: 93 (noventa e três) casos, o que equivale a 68% do total dos dados observados.

O que percebemos nestes casos foi que a substituição acarreta vários problemas ao contexto em que os enunciados são produzidos. Que dizer, por exemplo, de uma substituição de (31) por (31'), como acontece abaixo?:

(31) "Mas, hoje, *o que se pode dizer* é o seguinte: a avaliação catastrófica de uma crise que se aproxima é, em princípio, muito pior que a crise em si." (*Folha*, 01/01/99, p. 1-2).

(31') Mas, hoje, *o que é podido dizer* é o seguinte: a avaliação catastrófica de uma crise que se aproxima é, em princípio, muito pior que a crise em si.

Ou ainda sobre a possibilidade de (32) e (33) equivalerem, respectivamente, a (32') e (33')?:

(32) "As últimas eleições presidenciais foram, sem dúvida, as mais antidemocráticas de que *se tem notícia*." (*Folha*, 01/01/99, p. 1-2).

(32') As últimas eleições presidenciais foram, sem dúvida, as mais antidemocráticas de que *notícia é tida*.

(33) "Apesar da sanção presidencial, *a lei ainda não se fez cumprir*." (*Folha*, 12/04/99, p. 1-3).

(33') Apesar da sanção presidencial, *a lei ainda não foi feita cumprir*.

Há, portanto, sérios problemas textuais na substituição das construções com o pronome *se* pela VPA. Ora se muda o sentido do texto, ora se reduz a aceitabilidade do uso lingüístico em virtude de uma sintaxe estranha que vem à tona na "conversão".

Houve, ainda, casos em que a progressão textual acabou por limitar a ocorrência de VPA. É o que ocorre no exemplo abaixo:

(34) "A mágica existe, ela é uma das coisas que ainda permitem *que se comprem ilusões*, a quem têm acesso os ricos e os pobres." (*Folha*, 12/02/99, p. 1-2)

A anáfora realizada através do relativo só se dá sem estranheza a nossos ouvidos mantido o encadeamento do fluxo informacional. Uma conversão em VPA que resultasse em algo como

(34') A mágica existe, ela é uma das coisas que ainda permitem que *as ilusões sejam compradas*, a quem têm acesso os ricos e os pobres.

certamente traria ao enunciado um olhar de desconfiança e crítica por parte de quem o avaliasse quanto à textualidade.

Os exemplos acima demonstram que a GT, ao tentar defender a noção de passividade nas construções com *se* junto a verbos transitivos diretos, acaba por usar a especulação como argumento, numa atitude tipicamente anticientífica. No lugar da descrição dos *fatos* da língua, ganha espaço a visão que subordina a gramática à lógica. Numa perspectiva eminentemente lingüística, não podemos deixar de observar que "analisar a voz passiva em português por meio de substituições é dar asas à fantasia" (Said Ali, 1966:95).

4. Considerações finais

4.1 Algumas reflexões

A presente dissertação buscou debater o processo de mudança lingüística que envolve a denominada voz passiva sintética em português. Conforme a discussão que travamos sobre o estatuto teórico de tais construções dentro do que Roberts (1993) batizou de *Teoria das Fases*, defendemos que o estágio atual do câmbio lingüístico que afeta VPS no português do Brasil encontra-se em uma fase intermediária.

Na perspectiva normativista, a flexão ou não do verbo nas sentenças em que o clítico aparece junto a verbos transitivos diretos torna-se a questão central, uma vez que a GT privilegia os aspectos formais em sua análise. Contudo, o exame do tipo de predicação verbal que empreendemos quando da análise dos dados demonstrou que é fundamental uma abordagem semântica para a atribuição de quaisquer funções aos constituintes frasais. Os verbos [+ controle], por exemplo, transferem agentividade ao pronome *se*, independente da concordância do verbo em número.

Do ponto de vista metalingüístico, pensamos que a classificação da VPS como uma alternativa ao usuário do português, ao lado da VPA, para indicar a passividade do sujeito deveria ser abolida dos manuais de ensino da língua portuguesa. Como se trata de uma mudança ainda em curso, o sentido passivo pode se fazer notar em alguns casos (Monteiro, 1994), mas em geral o que se observa é a indeterminação do agente através do clítico. Não seria descabido, portanto, tratar as construções com *se* junto a verbos transitivos diretos como casos de voz ativa com sujeito indeterminado (Ladeira, 1986). Tal análise nada mais faria que estender aos verbos transitivos diretos

uma função que o pronome *se* já desempenha em outros tipos de construção, como nos casos em que aparece junto a verbos transitivos indiretos e intransitivos.

A questão da concordância ou não entre o argumento e o verbo deve ser encarada – assim pensamos – como um caso de opção que o português possibilita a seus usuários. Pesquisas têm demonstrado que, paulatinamente, a forma inovadora tem adentrado até mesmo no dialeto padrão do PB (Hawad, 2002; Bagno, 2001). Evidentemente, o viés normativista, baseando-se no *certo* x *errado*, não toleraria tamanha dubiedade. Ao que poderíamos contra-argumentar trazendo ao debate aqueles casos em que a própria norma "culta" aceita algumas concordâncias como facultativas. É o caso dos célebres partitivos (a maioria das pessoas *vive* ou *vivem* em Juiz de Fora?), ou ainda da concordância às vezes titubeante do verbo ser (tudo *é* flores / tudo *são* flores).

De todo modo, cabe aos lingüistas um papel fundamental na revisão deste tópico gramatical, uma vez que somente com a formação teórica desejável de nossos professores de Língua Portuguesa, poderemos dar aos estudos lingüísticos um mínimo critério de cientificidade. Especificamente no caso da VPS essa tarefa se impõe de maneira urgente, tamanho o desconforto que a classificação de "sintética" e "passiva" causa não só aos professores, mas também aos alunos.

4.2 Limitações da pesquisa

Quando iniciamos a pesquisa tínhamos em mente trabalhar principalmente com língua falada. Isso se mostrou infelizmente impraticável devido à escassez das ocorrências específicas que desejávamos analisar. De certa forma, a maior incidência de

VPS em textos escritos já é por si só uma questão intrigante. Não procuramos debater as motivações discursivas para o uso dessa construção na escrita, nem mesmo a sua ausência na língua falada. Eis aí algumas questões para pesquisas futuras.

Um outro fator que delimitou nossa pesquisa foi a dificuldade de definição para os tipos de textos que analisamos. No caso dos textos de jornal, adotamos um critério de trabalhar apenas com textos argumentativos. Tal escolha se deveu, entretanto, a motivos de ordem quantitativa, pois VPS era bem mais freqüente em textos de opinião. Por outro lado, dentro de um jornal tão rico, como é o caso da Folha de S. Paulo, poderíamos nos perguntar: em que tipos de textos ocorre com maior ou menor freqüência as construções com *se*? A mudança lingüística opera de maneira mais ou menos acelerada nesta ou naquela editoria? São perguntas que demandariam outras pesquisas também.

4.3 Fatores extralingüísticos

Termos trabalho com língua escrita dificultou também controlar as variáveis extralingüísticas. Um fator interessante a ser considerado seria o grau de escolaridade. No caso da placas com anúncios é praticamente impossível chegar a seus produtores de fato; para as redações tínhamos a indicação de que eram alunos com no máximo o 2º grau completo; sobre os textos jornalísticos, não podemos deixar de levar em consideração os diferentes tipos de produtores dos textos, já que a editoria selecionada trabalha com contribuições externas à própria *Folha*, como é o caso das cartas dos leitores e dos artigos de opinião. De todo modo, houve uma sensível gradação nos resultados observados em que parece agir a variável extralingüística escolaridade: a

forma inovadora ocorreu em todos os casos das placas de anúncios (100%), em 10 casos nas redações escolares (72%), e não teve sequer uma ocorrência no texto jornalístico. Na quantificação do uso da forma inovadora, caminha-se a partir de um registro que pode ser considerado mais informal (as placas), passando por um nível intermediário (as redações), e chegando finalmente ao texto mais formal (os textos de jornal).

Outras variáveis como, por exemplo, *sexo* e *faixa etária* poderiam ser exploradas, na busca de se entender se há ou não influência de pressões sociais ao progresso ou ao entrave da mudança que substitui *vendem-se doces* por *vende-se doces*. Quanto ao tipo de pronome *se* estudado aqui, não encontramos na bibliografia existente nenhuma obra que percorresse tais caminhos.

De todo modo, o estudo das construções com *se*, dada a complexidade que envolve as várias funções que o clítico pode assumir, é ao mesmo tempo um desafio e um convite àqueles que se interessam pela teoria gramatical e o ensino do português. Acreditamos que a Sociolingüística, preocupando-se com a heterogeneidade lingüística, buscando compreender a maneira pela qual a língua efetivamente funciona e é usada pelos falantes de uma determinada comunidade, tem muito a contribuir ao estudo da Língua Portuguesa. Para finalizar, citamos a fala da eminente professora Isabel Faria, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

> *Apesar de ser rara e de difícil acesso, só a informação criteriosa sobre a distribuição ou freqüência dos factores sobre observação no interior de cada variedade, só a recolha rigorosa, armazenamento, tratamento e comparação de grandes bases de dados poderão vir a fornecer a tal plataforma empírica sólida que permita avaliar se o que está em variação na Língua Portuguesa se encontra em fase inicial, em fase de reanálise ou em fase de mudança paramétrica, para seguir a proposta de Roberts.* (Faria, 2000:18)

Esperamos ter dado nossa contribuição para o debate em torno do pronome *se*, essa "palavra oblíqua e dissimulada" na feliz expressão de Carvalho (1990:257)[23].

[23] Apud Monteiro (1994:107)

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. *Moderna Gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHINELATTO E. B. B. *O Ensino da Nossa Língua na Escola: o despertar da consciência.* Viçosa: UFV, 2003. (Monografia)

COSERIU, E. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, USP, 1979.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

FARACO, C. A. *Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FARIA, I. H. *Política Lingüística da Língua Portuguesa: o que está a mudar e o que é preciso mudar*. Juiz de Fora: EDUJFJ, Revista Veredas, v. 6, 2000.

Folha de S. Paulo: CD-ROM Edição 2000. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S/A, 2000.

GÓIS, C. *Método de análise*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1950.

HAUY, A. B. *Da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

HAWAD, H. F. *Tema, Sujeito e Agente: A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002. (Tese de doutorado).

ILARI, R. & GERALDI, J.W. *Semântica*. São Paulo, Ática, 1985.

KATO, M. A. "Como, o que e por que escavar?". In: *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo* / Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LADEIRA, J. D. Pronome SE índice de indeterminação do sujeito ou SE sujeito? – Um tema para discussão. *Revista de Letras*, Fortaleza: UFC, 1986.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. "On the use of present to explain the past". IN: *Estrato de Linguistics at the Crossroads*. Liviana Editrice-Jupiter Press, 1975.

LIMA, B. A. F. *Contrastes semânticos entre as vozes verbais: "Passiva Sintética" e "Passiva Analítica"*. Viçosa: UFV, 2001. (Relatório de pesquisa CNPq).

LOBO, Arí M. *Cânones gramaticais e estilísticos para bem escrever a língua nacional.* Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinzer, 1939.

MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Campinas: Unicamp, 1982. (Dissertação de mestrado).

MIRA MATEUS, M. H. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

_____. *Para compreender Labov*. Pretópolis: Vozes, 2000.

MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

NARO, A. J. The genesis of the reflexive impersonal in Brasilian Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. IN: *Language* 52.4.

NEVES, M. H. M. *A gramática functional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NUNES, J. M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Campinas: Unicamp, 1990. (Dissertação de mestrado).

PEREIRA, E. C. *Gramática Expositiva*. 60ª ed. São Paulo: Nacional, 1943.

RESENDE, V. M. & GOMES, M. C. A. Voz passiva sintética: uma proposta de análise semântica. Viçosa: *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n° 1, 2001.

_____. *Análise semântica de construções com o "se" dito apassivador*. Viçosa: UFV, 2002. (Relatório de pesquisa CNPq).

ROBERTS, I. *Verbs and Diachronic Syntax: a comparative history of English and French*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1993.

ROBINSON, J. *GOLDVARB 2001 Variable Rule Analysis*. Version 1.0.2.13. Departamento de Linguagem e Ciência Lingüística, Universidade de York, 2001.

SACCONI, L. A. *Não erre mais!* 23ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

SAID ALI, M.. O pronome Se. In: *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHERRE, M. M. P. Variação lingüística, mídia e preconceito lingüístico. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 16: 17-27.

SCHERRE, M. M. P & NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. IN: *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação* [Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga (orgs.)]. São Paulo: Contexto, 2003.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

WINFORD, D. The Problem of Syntactic Variation. In: *Sociolinguistic Variation: data, theory, and analysis: selected papers from NWAV 23 at Stanford*/ edited by Jennifer Arnold [et al.]. Stanford: California, 1996.

ZÁGARI, M. R. L. *Fonologia diacrônica do português*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

ANEXOS

Anexo I

Amostra dos dados referentes ao *corpus* baseado em fotografias de placas com anúncios de bens e serviços:

Foto 1

Foto 2

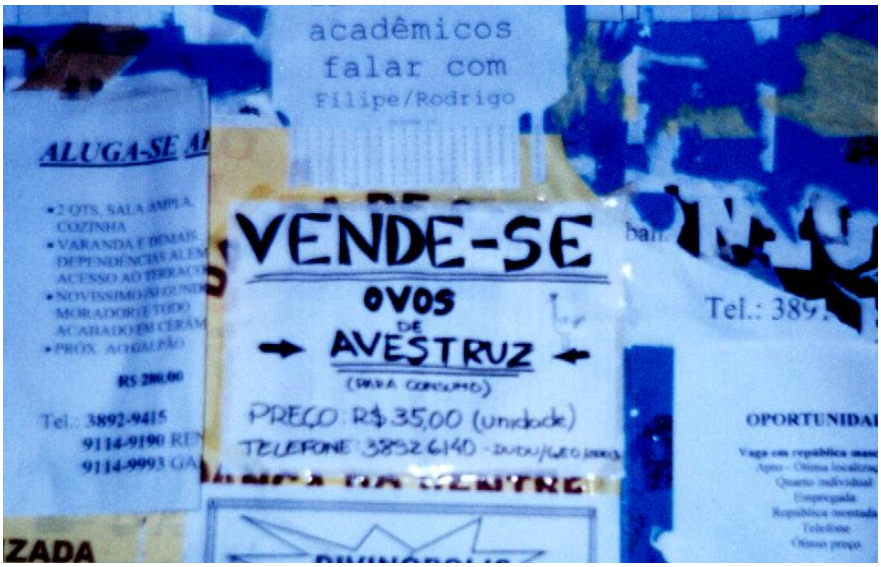

Foto 3

Foto 4

Foto 5

Foto 6

Foto 7

Foto 8

Foto 9

Foto 10

Foto 11

Foto 12

Foto 13

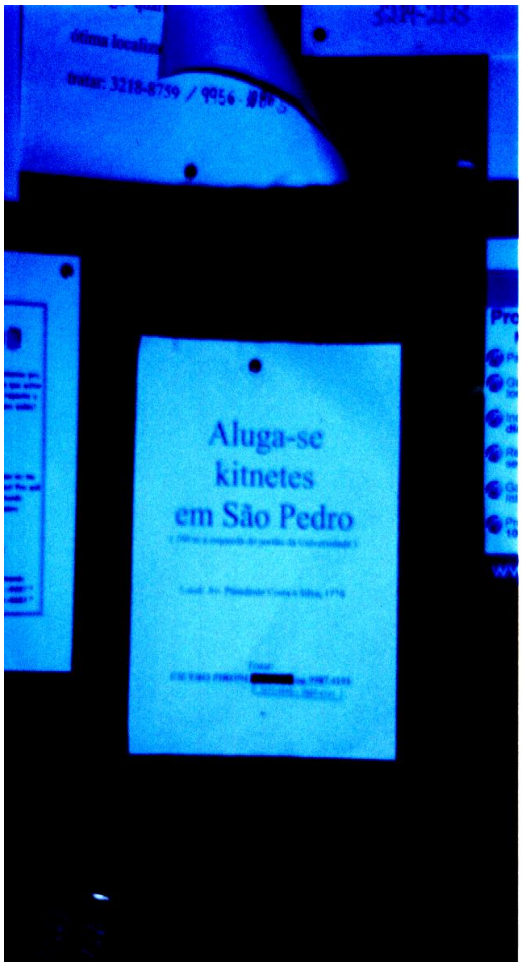

Foto 14

Foto 15

Foto 16

Foto 17

Foto 18

Foto 19

Anexo II

Constam neste anexo as redações de vestibular, gentilmente cedidas para cópia e análise pela Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de Viçosa, e que compõem o *corpus* nº 2 da análise de dados da presente dissertação.

Anexo III

Esta é a amostra dos dados que compõem o *corpus* referente aos textos jornalísticos. Conforme explicitamos anteriormente, todos os exemplos foram coletados na editoria *Opinião*, da *Folha de São Paulo*, entre janeiro e abril de 1999.

(i) Na China, só em 1911 se introduziu o calendário gregoriano e, na Rússia, só em 1940!

(ii) (...) aí está 1999 com tudo de ruim que se tem dito a seu respeito.

(iii) Mas, hoje, o que se pode dizer é o seguinte: a avaliação catastrófica de uma crise (...)

(iv) Se se considerar que são, além disso, países que passaram séculos envolvidos em guerras cruentas (...)

(v) Se a Europa, com o euro, se tornar mais forte, abre-se a possibilidade de negociar melhores condições para aderir a uma ou outra zona de livre comércio.

(vi) Só com isso se poderá financiar o déficit externo em conta corrente no Brasil e preservar a política cambial.

(vii) No terceiro trimestre de 1998, o PIB caiu 1,5%, e não se espera resultado melhor no quarto.

(viii) Insiste a mensagem em alguns passos concretos: a) que se ponha termo aos conflitos atrozes na África; b) que não se arruínem a vida de crianças-soldado treinadas para matar; c) que se eliminem as minas anti-homem, armas traiçoeiras.

(ix) Admitindo que o cenário internacional não se agrave (...)

(x) Por outro lado, a expectativa de uma recuperação do consumo com a queda dos juros não se confirmou, mesmo antes da eclosão da crise global.

(xi) Com a nova rodada de elevação dos juros e a deteriorização de expectativas após a crise russa, o quadro se agravou consideravelmente.

(xii) Em primeiro lugar, o cenário que se vislumbra para este ano é o de queda progressiva...

(xiii) ...as medidas anticrise adotadas até agora são, quase todas, talvez todas, impeditivas de se obter o “crescimento econômico continuado” (...)

(xiv) Justiça se faça a Sarney.

(xv) As últimas eleições presidenciais foram, sem dúvida, as mais antidemocráticas de que se tem notícia.

(xvi) Até hoje não se resolveu a anistia aos sindicatos que tiveram bens hipotecados pela truculência do governo.

(xvii) Na propaganda, pregava-se prioridade aos setores sociais.

(xviii) Greve de fome é um recurso extremamente dramático, em que se aposta a própria vida para manter a dignidade.

(xix) Para mim, o mico do ano que passou não foi a final da Copa do Mundo, mas o que se falou sobre ela e ainda falam.

(xx) Em 1996 registraram-se quase 600 milhões de turistas no mundo (...)

(xxi) Mas as perspectivas de expansão parecem animadoras quando se observa o interesse de investidores estrangeiros que aqui chegam.

(xxii) Uma reunião para definir os valores está agendada para o próximo dia 7; estuda-se fixá-los entre 15% e 20% do preço de passagem.

(xxiii) O discurso de ontem sugere que não se devem esperar inovações econômicas ou sociais que ajudem a minorar com mais rapidez a injustiça.

(xxiv) Recorde-se que algumas vozes se levantaram contra Nuremberg, sob o argumento de que se estava reduzindo a letra morta o princípio do “nullum crimen, nulla poena sine praevia lege”.

(xxv) Neste ano cuidou-se da criação de um tribunal penal internacional, ainda na dependência, para sua instalação, da adesão de países até que se perfaça o número considerado ideal.

(xxvi) Entretanto, enquanto não se instalam a corte penal ou outros tribunais internacionais para julgar este ou aquele crime e seus autores...

(xxvii) A presidência é um jarro transparente. Muda de cor conforme o conteúdo que se lhe despeje.

(xxviii) Alega-se que o governo do Estado de São Paulo tem reduzido as matrículas nas escolas públicas estaduais.

(xxix) Além disso, não se pode deixar de registrar que não havia motivação para que tal informação fluísse.

(xxx) O chamado efeito estufa está em curso; resta por discutir só o que se pode e deve fazer para enfrentá-lo.

(xxxi) Não se conhece com precisão qual a contribuição efetiva da espécie humana para o aquecimento, na comparação com causas naturais.

(xxxii) Prevê-se elevação do nível dos mares em mais de 50 centímetros, bem como aumento da freqüência e da gravidade de tempestades e secas.

(xxxiii) Ou se abortou a chance de punição com o arquivamento dos inquéritos ou se "solucionaram" as denúncias com o arquivamento do processo em curso.

(xxxiv) Há ainda os caos de falta de provas. Em muitos deles, verifica-se a ligação estreita entre disputa eleitoral e permanência no poder com patrocínio da corrupção.

(xxxv) Mesmo assim abriu-se uma crise no governo.

(xxxvi) O Brasil já está cheio de ritmos, bem como de boas intenções o inferno. Não obstante, cultua-se e idolatra-se a figura de um padre (...)

(xxxvii) Não se pode, porém, deixar de propor novos pontos de vista ou oferecer novos cálculos para demonstrar que a decisão pelo pagamento é absolutamente defensável (...)

(xxxviii) Um argumento largamente utilizado é o de que não se resolveria o problema do financiamento do ensino superior com o pagamento de mensalidades. Sempre que são feitos cálculos para provar essa tese, usam-se valores subestimados de mensalidades, entre R$ 100 e 150. É um pagamento irreal, mesmo que se adotem os piores parâmetros de qualidade existentes no tão criticado setor universitário.

(xxxix) Para atender ao pretexto de que eventuais mensalidades dos alunos de graduação das instituições públicas cobririam uma parte insignificante dos seus orçamentos, compara-se o valor a ser arrecadado por elas com o orçamento global da instituição.

(xl) Quando se quer mostrar que é impossível adequar uma mensalidade ao custo-aluno dessas instituições, utiliza-se a simples divisão do orçamento global pelo número de alunos de graduação.

(xli) Se a universidade pública gratuita for a única solução possível para a democratização do ensino superior no Brasil (o que é difícil de defender), espera-se que esse argumento seja usado não só em defesa do interesse em manter seu financiamento, mas para acabar, por exemplo, com o pagamento dos seus vestibulares...

(xlii) (...) sobrevalorizou-se inutilmente o câmbio para produzir o "real forte", uma clara inspiração napoleônica!

(xliii) Quanto ao caderno sobre os casos inconclusos, a Folha deve realizar as investigações necessárias para que se traga a verdade à luz (...)

(xliv) Os indicadores sociais tem melhorado? Sim, como em quase qualquer outro lugar do mundo com exceções como Burundi. Sim, como sempre, desde que se aboliu a escravidão, desde que inventaram a penicilina, a água tratada e vacinas.

(xlv) Refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento. Não foi feito, tanto que se criou para o segundo mandato um ministério inteirinho dedicado ao desenvolvimento que o primeiro mandato não equacionou.

(xlvi) É de chorar quando se sabe que a média de desemprego do último ano do primeiro mandato deverá situar-se acima de 7.5% (...)

(xlvii) Essa vantagem reduz-se ou se amplia no jogo inteiriço que agora faça FHC diante de um país que perdeu metade de suas reservas no último quadrimestre (...)

(xlviii) A composição do novo governo não nos poupou, entretanto, da ducha escocesa no gesto de quase enfado com que se buscou nas torrinhas da galeria ministerial a escolha do titular do Trabalho (...)

(xlix) Mais se refina em FHC a fé no amigo.

(l) Quando não há consenso em torno de uma fórmula, as operações ficam comprometidas até segunda ordem. Adia-se a renovação de contratos.

(li) Mas a violência e a volatilidade poderiam ser menores. A transição para um novo regime cambial faz-se aos trancos e barrancos, o que inclui uma sucessão de tropeços na definição dos nomes da equipe do Banco Central.

(lii) O governo federal decidiu cortar quase 30% dos recursos destinados a 117 mil crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, um plano muito meritório que se previa ampliar este ano para mais 200 mil famílias.

(liii) Na outra ponta, o governo nem impõe cortes nem sequer examina eventuais desperdícios na concessão de subsídios a uma ampla gama de setores e regiões, exatamente os de maior força política, embora se saiba que o total de renúncias fiscais se aproxime dos R$ 18 bilhões.

(liv) Argumenta-se: poderia ser pior? Poderia?

(lv) Assim como nos caos dos Anões do Orçamento e da compra de votos de deputados, abafou-se tudo com a saída do ministro das Comunicações e do presidente do BNDES.

(lvi) Nessa política, queimaram-se dezenas de bilhões de dólares, como os obtidos em outra queima: a do patrimônio público, com as privatizações.

(lvii) As outras instituições citadas na reportagem indicam onde pode ser entregue o material para reciclagem ou onde se recebe papel como doação.

(lviii) Não é que agora surge essa campanha para explicar que a mulher que os mágicos cortam ao meio, que levita no palco, fica presa e se solta não é verdade, é apenas fruto de uma armação que é feita para enganar o público? Isso não se faz. A mágica existe, ela é uma das coisas que ainda permitem que se comprem ilusões, a quem têm acesso os ricos e os pobres.

(lix) (...) prometi nunca usar a expressão da vaca e de sua tosse. E a estou usando, donde se conclui que são débeis minhas promessas.

(lx) Lê-se quase todos os dias: Planalto ganha quebra de braço com o Congresso.

(lxi) Apesar dessas conquistas, ouve-se ainda a voz da contestação, e algumas lideranças continuam tentando avançar no sentido do confronto e da violência.

(lxii) A nova equipe do Banco Central assume sob expectativas desencontradas. Depois de uma fase turbulenta, vive-se uma trégua cambial nervosa.

(lxiii) De qualquer forma, é desejável que a discussão amadureça, envolvendo parcelas maiores da sociedade, com vistas a um mínimo de consenso sobre a forma como se devam combater os males provocados pelo fumo.

(lxiv) Desde a decretação da moratória do governo de Minas, vem-se adotando uma linha editorial que mais humilha, desrespeita e vilipendia todo o povo mineiro do que propriamente exerce uma visão crítica.

(lxv) Na Coréia, verificam-se os custos econômicos e os dramas sociais decorrentes de uma crise dessas proporções (...)

(lxvi) No segundo, agrava-se a crise econômica e consolida-se a nossa completa invisibilidade no primeiro escalão.

(lxvii) Durante quatro anos discutiu-se a reforma fiscal, que nunca foi apresentada ao Congresso (...)

(lxviii) Jamais se esgotará o desejo de condenar a violência. Ela faz parte do ser humano, que nasceu violento.

(lxix) Além disso, é fundamental que não se perca de vista a verdadeira origem do problema.

(lxx) O bug do milênio era visto, até agora, como um possível desastre técnico que se abateria sobre computadores e equipamentos que utilizam microprocessadores eletrônicos. Sabe-se agora que poderá ser, talvez, uma calamidade econômica.

(lxxi) (...) o Brasil deveria gastar US$ 35,8 bilhões para contornar o colapso que se produzirá, sobretudo, entre a noite de 31 de dezembro de 1999 e a madrugada de 1° de janeiro de 2000.

(lxxii) Assim, em lugar de grafar o ano de 1975 com quatro dígitos, grafava-se apenas com dois:75.

(lxxiii) A União afirma que 80% do parque informático oficial já recenseado está protegido contra o bug. Não se sabe, no entanto, a parcela que aguarda recenseamento.

(lxxiv) Na excisão, extirpam-se o clitóris e os lábios menores, total ou parcialmente.

(lxxv) Na infibulação, extirpam-se todos os genitais externos e se costura quase todo o orifício vaginal (...)

(lxxvi) Na infibulação, usam-se espinhos para juntar os lábios vaginais menores (...) A menina é imobilizada com as pernas abertas;

(lxxvii) (...) usa-se anestesia local ou apenas água fria para intumescer a parte do corpo.

(lxxviii) Invocam-se também supostos motivos de higiene e estética, com a genitália feminina tida como feia e volumosa.

(lxxix) Às dificuldades de ordem prática soma-se o intento de fazer do multiculturalismo um obstáculo ao universal.

(lxxx) A integração é uma política de Estado do Brasil (...). Ocasionalmente, contudo, ainda se registram críticas quanto aos resultados para o Brasil ou à forma de conduta das negociações.

(lxxxi) No governo Itamar Franco, quando o atual presidente, FHC, era ministro das Relações Exteriores, tomou-se a decisão estratégica de importar petróleo da Argentina (...)

(lxxxii) Não se pode descartar, em 1999, que a balança comercial bilateral volte a ser superavitária para o Brasil.

(lxxxiii) Valores não se ensinam como se fossem disciplinas escolares.

(lxxxiv) Numa sociedade em que se preza o privilégio e em que a democracia é imperfeita, é preciso acreditar numa boa dose de voluntarismo para imaginar que se possa eliminar o nepotismo (...)

(lxxxv)...É o Estado das subvenções, das isenções, dos benefícios que se concedem sem transparência e critérios públicos (...)

(lxxxvi) É evidente que não se pode recusar em princípio a utilização de estímulos tópicos ou regionais.

(lxxxvii) Não são nomes de partidos. São nomes de FHC. Feito o embrulho em dezembro, articula-se o desembrulho para março ou abril (...)

(lxxxviii) A gravidade e a extensão das denúncias impõem que as investigações se processem sem quaisquer restrições.

(lxxxix) Destaca-se a opção pela queda gradual do dólar. Busca-se tanto reverter a desvalorização excessiva quanto evitar a valorização abrupta do real.

(xc) Não se tem notícia de que o prefeito Celso Pitta ou Maluf tenham na ocasião tomado qualquer atitude para esclarecer o caso.

(xci) Para estimular o consumismo, utilizam-se como isca recursos capazes de nos fazer sentir mais e pensar menos.

(xcii) Dissemina-se uma cultura centrada no epidérmico, na qual há mais estética que ética, mais nádegas que cabeça (...)

(xciii) Após longa e disputada negociação diplomática, firmou-se o Protocolo de Montreal para banir esses compostos, tratado que conta hoje com 165 nações signatárias.

(xciv) Mesmo não sendo uma ciência exata, a economia exige ao menos que se respeite a lógica e, quanto a indicadores futuros, que se esclareçam as bases das projeções feitas.

(xcv) A Justiça não existe para fazer vingança nem para exemplo. As pessoas têm a impressão de que se faz justiça mediante o número de anos de uma pena.

(xcvi) Não se devem levar em consideração os sentimentos de piedade nem de vingança.

(xcvii) Desmentem-se, assim, as análises que previam a erosão de sua popularidade, em face dos muitos problemas do país.

(xcviii)(...) por meio da ação governamental e dos missionários, criaram-se oportunidades para a formação de uma elite negra, hoje no poder.

(xcix) Em 1998, isso se traduziu num movimento de R$ 13,3 bilhões...

(c) Os 25% constitucionais (...) eram gastos em tudo, até naquilo que não é educação. Fazia-se vista grossa porque sobrava dinheiro.

(ci) A cidade de São Paulo parece ter se transformado subitamente num reduto de políticos probos e honrados, horrorizados com o fato de que se encontra propina em cada escaninho da administração municipal.

(cii) O prefeito Celso Pitta é o abre-alas do bloco dos escandalizados. Desde que se flagraram os primeiros barnabés responsáveis pelo achaque, começaram a cair em série os dominós da corrupção, chegando até a vereadores e secretários municipais.

(ciii) Uma cinematografia não se escreve com apenas um filme, muito menos com um prêmio.

(civ) Na França e nos Estados Unidos, estimula-se o interesse da criança e valoriza-se o patrimônio.

(cv) Tome-se o caso do ex-chefe da Regional de Pinheiros, Marco Antonio Zeppini, preso em flagrante em dezembro por prática de concussão.

(cvi) Teme-se que tais falhas se multipliquem.

(cvii) Veja-se, por exemplo, o caso do chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que levou a família toda para o feriado de Carnaval na ilha de Fernando de Noronha.

(cviii) Veja-se, ainda, o caso do senador Antônio Carlos Magalhães.

(cix) Nepotismo? Nada. É com estímulos assim que se evita "a obsessão de parar de trabalhar".

(cx) Se os responsáveis pelo BC à época não receberem a sua cota de punição, seja qual for, cria-se uma categoria de cidadãos diferenciada.

(cxi) ...o jornalista Juca Kfouri percebeu que não é proibindo um símbolo que se mudam as pessoas. Proibiram-se as camisas, as bandeiras e a bateria contagiante das torcidas organizadas, mas as pessoas são as mesmas.

(cxii) Parabéns, Kfouri. Demorou, mas você percebeu que não é com demagogia que se resolve o problema. Além do mais, as organizadas nunca foram banidas dos estádios.

(cxiii) Apenas proibiram-se a festa e os símbolos das torcidas, mas a violência continua a mesma.

(cxiv) Apesar das sanção presidencial, a lei ainda não se fez cumprir.

(cxv) Passada a parte mais dramática da crise que nos levou ao desmantelamento da âncora cambial, já se pode ter um mínimo de distanciamento para tentar analisar com um pouco mais de isenção as causas e as responsabilidades. (65

(cxvi) Numa operação até hoje incompreensível, tentou-se impor uma banda móvel – aquela que durou um dia.

(cxvii) Mas nem foram iniciados os trabalhos e percebe-se que à pirotecnia de palanque dos instigadores da CPI vai se somando uma série de titubeios ou mesmo covardias.

(cxviii)No parlamento, quase se buscaram a laço membros para a CPI.